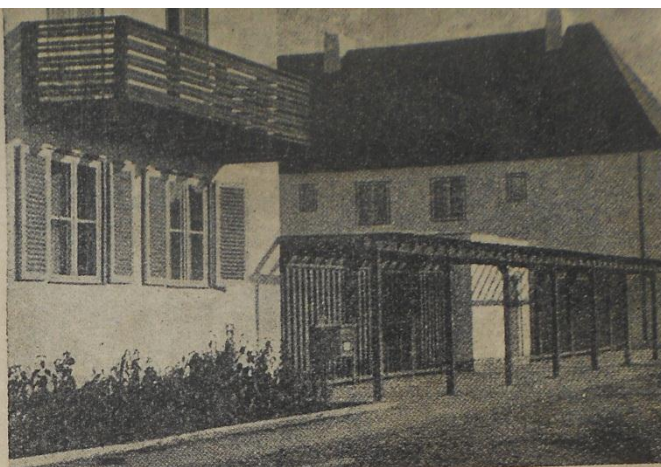


*A
Alemanha
luta por...*



RAZÃO E JUSTIÇA

FUNDAMENTOS DA NOVA
ORDEM SOCIAL NA EUROPA

1944



Os lugares de trabalho de futuro serão como esta fábrica. Depois duma boa refeição e dum divertido jogo de cartas, a disposição para retomar o trabalho não deve ser das piores

UM NOVO CICLO DA HISTÓRIA

A luta gigantesca que a Europa se vê obrigada a sustentar a Oriente e a Ocidente é mais que uma luta pela independência ou para a conservação da sua hegemonia. E o combate por um novo e melhor ciclo da História. E a batalha por uma nova ordem social que tem por base a Razão e a Justiça.

Enquanto que no Oriente o bolchevismo, última encarnação da exploração judaica do trabalho humano, pretende iludir o Mundo com a promessa de uma nova ordem, que mais não é de que a passagem do antigo capitalismo promotor da mais horrível miséria, para um capitalismo ainda mais degradante porque é o capitalismo do Estado; enquanto no Ocidente os insaciáveis magnates da plutocracia com sede em Londres e Washington se esforçam, com a mobilização desesperada de todas as forças da intriga, da calúnia e da corrupção, por manter a soberania do bezerro de ouro, a escravatura das matérias-primas e a iniquidade de uma suposta ordem social baseada exclusivamente no lucro, os povos da Europa, depois de restaurarem o perdido prestígio da Autoridade e de reintegrarem o Estado na sua missão fundamental de verdadeiro intérprete da consciência nacional, sentiram a necessidade de uma Ordem Nova, política, económica e social, que restabelecesse o triunfo das genuínas forças dos povos — que assentam no sangue, na tradição e no espírito, sobre a força do particularismo egoísta e brutal do capitalismo sem pátria.

Esta Ordem Nova é já realidade nalguns países.

A importância deste acontecimento tem o alto valor, revolução que não significa o triunfo de um capitalismo contra outro capitalismo, como na sangrenta e destruidora revolução bolchevista, mas a inauguração de uma nova idade do Mundo urna nova concepção da vida dos povos na qual se recupera o eterno sentido da vida humana; um novo ciclo da História em que todas as coisas voltam ao seu justo e natural valor, isto é, o advento de uma época em que a Humanidade deixe de ser oprimida pelas forças cegas que surgem da matéria quando a matéria deixou de ser iluminada pelo espírito! A economia mecanizada e anónima do regime liberal e da degradação bolchevista vai suceder-se a economia espiritualizada responsável e social, subordinada aos superiores interesses, não do capitalismo, mas do trabalho.

OS PRIMEIROS PASSOS DA POLITICA SOCIAL NA ALEMANHA

O valor, como progresso e exemplo, da política social alemã não é uma glória recente. Uma fecunda tradição colocou a Alemanha, com justiça, no domínio da política social, à cabeça de todos os povos da Europa.

Muito antes do liberalismo entrar em crise já na Alemanha se havia registado uma forte reacção contra a opinião do sistema liberal de que ao Estado não cabia preocupar-se com as condições de vida dos seus cidadãos. Foi o Estado prussiano quem tomou a iniciativa de chamar a si o dever de fazer observar um conjunto de medidas de carácter social, tais como a lei reguladora do trabalho de menores e a obrigatoriedade do descanso semanal.

Só muito mais tarde, os outros países, sem contudo atingirem o alto nível da perfeição alcançada no antigo Estado prussiano, entraram a legislar naquele sentido. O desenlace da Grande Guerra decidiu e acelerou a evolução da política social na Alemanha.

Como em todos os países beligerantes, as massas combatentes alemãs esperavam, depois do seu impressionante sacrifício, ter direito a uma melhoria das suas condições sociais. Verificou-se, porém, que as promessas de Wilson, como muito bem assinalou Adolf Hitler no seu discurso de 11 de Dezembro de 1941, não passara de **«uma das mais vergonhosas quebras de palavra de todos os tempos»**.

As conseqüências desta falta de escrúpulos, desta espantosa cilada feita não só à Alemanha como a todos os povos, pois se lhes prometera uma política social internacional adequada às necessidades da vida social presente, arruinou a economia desses Estados e, com esta ruína, a miséria e o desemprego fizeram sentir os seus horrores no mundo do trabalho. Os povos da Europa desiludiram-se.

O povo alemão foi sugado até à última gota do seu sangue. A política das reparações não passou da mais hedionda das espoliações. Atrás de Wilson estava uma sociedade de financeiros que à sombra da política faziam avultadíssimos negócios. Os povos a quem se fêz acreditar que saíram vitoriosos na luta contra a Alemanha, em nada aproveitaram com aquelas traficâncias e espoliações.

O empobrecimento da Europa foi o resultado dessa sinistra política que só visa o lucro. Assim se revelou a desilusão. Assim se sentiu na Europa a necessidade de uma nova ordem baseada na razão e na justiça. Em 1918 a social-democracia veio ao poder.

Teria sido excelente ocasião para que as nações democráticas, vencedoras da Alemanha, realizassem uma boa política social, tal como fôra apregoada, quando se tratou unicamente de enganar os povos.

O resultado viu-se. A social-democracia, mesmo com o amparo da ideologia marxista, faliu completamente. Logo na primavera de 1919, os sociais-democratas que governavam a Alemanha declararam que lhes era impossível fazer do socialismo uma realidade, Caía a máscara. O Velho Mundo ruía.

Os trabalhadores que regressavam dos campos de batalha, reagiram. Pela força, conseguiram que a obra social iniciada por Bismarck fôsse completada com a instituição do seguro contra o desemprego.

A legislação do trabalho, de antes da guerra, foi completada com a lei que estabelecia o horário de trabalho de 8 horas, com a generalização dos contratos de salários e a instituição de organismos de arbitragem sob o patrocínio do Estado. Como a estas reformas presidia o critério marxista, na prática elas resultaram inúteis.

Com elas apenas se acendeu o fogo da guerra social. Desenvolveram-se as lutas de classe e que só trouxe vantagem para os inimigos do povo alemão, porque essas lutas mais o dividiam. Principiou assim uma corrida de desafio entre preços e salários que terminou pela fantástica inflação em que o papel moeda se exprimia em milhões.

O resultado foi o de privar milhões de pessoas dos bens que tanto lhes custara a adquirir. Além disso, a república democrático-social, devido à engrenagem do mecanismo parlamentar, deixara-se enredar, cada vez mais, nas malhas do capitalismo. Desta maneira, todos os propósitos de realização de uma política social forçosamente tinham que fracassar.

A Alemanha, internamente dilacerada e no exterior impotente, nem podia solucionar os seus problemas de ordem social nem tão pouco opor um dique à gananciosa exploração dos seus inimigos.

As nações plutocráticas, instigadas pelo insaciável espírito capitalista de pilhagem, constantemente renovaram as suas fantásticas exigências.

Os pagamentos em dinheiro e em mercadorias que a Alemanha era obrigada a entregar em quantidades exorbitantes, corriam para um saco sem fundo. Pois nem assim os países mais ricos do Mundo, em ouro, territórios e matérias-primas, conseguiram evitar que nêles estalasse uma tremenda crise económica.

O sistema político de Versalhes e o jogo dos interesses capitalismo plutocrático provocaram um caos inextricável nos seus próprios países. Nêles, o capitalismo esbanjava com clamoroso escândalo o dinheiro e não conseguia dar pão e trabalho aos seus próprios trabalhadores.

E se até naquelas nações que tiravam proveito económico do Tratado de Versalhes se sofria miséria, o que não seria o sofrimento do povo alemão a quem se havia extorquido tudo o que poderia mitigar a sua trágica situação! A Alemanha jazia exausta.

A sua economia fôra destruída até aos mais fundos alicerces! No mais profundo dêste caos e quando na Alemanha a miséria era maior, surgiu Adolf Hitler! Sob a sua genial chefia nasceu o Nacional-Socialismo. Nasceu uma revolução que tinha por base a união de todas as forças do povo numa nova comunidade socialista!

O povo alemão, que na sua totalidade tinha sido rebaixado ao papel de escravo das nações plutocráticas, encontrou naquela revolução a força para se defender e libertar da humilhação e das extorsões violentas por parte dos seus inimigos.

O nacional-socialismo promovera a união de todos os homens de boa vontade e de capacidade reconstrutiva. Dada a dificuldade da situação, só um movimento que apelasse para todas as forças do povo e as aplicasse metódica e conscientemente conseguiria o renascimento económico, social e cultural da Alemanha.

O valor decisivo dêste novo movimento consistia em criar dentro do país um socialismo de nova feição, um socialismo capaz de levar a efeito a luta contra o espírito de expoliação das Potências chamadas democráticas, vencedoras em Versalhes, e introduzir a ordem na confusão geral a que levava a nação a crise capitalista e a decomposição marxista. Era o socialismo baseado na comunidade do povo. Era um socialismo completamente novo.

Foi isto mesmo que o Führer várias vezes e de uma maneira clara repetiu ao povo alemão, quando lhe explicava os fundamentos do nacional-socialismo:

«É uma felicidade para ti o poderes ganhar o pão de cada dia no seio da comunidade do teu povo. Não o ganhas porque existes, nem por efeito da tua própria força, ganha-lo porque tens atrás de ti toda a comunidade. São êstes milhões de homens que tornam possível que tenhas a tua própria vida. Se estivesses só, que serias tu neste Mundo? Toda a tua cultura, os teus bens, os teus proventos, os teus salários, os teus ordenados — tudo isto recebes tu porque és membro desta grande comunidade. Deves isto a cada um dos teus compatriotas.

O grau de cultura de que talvez hoje participes não o deves à tua presença, mas sim ao trabalho de inúmeras gerações que te precederam; a todos os milhões de alemães nossos antepassados que muitas vezes sacrificaram a sua vida para que tu hoje possas viver».

Com o advento do nacional-socialismo foi abolida definitivamente a luta de classes; iniciou-se a luta contra a primazia de interesses particulares e deu-se ao trabalho a dignidade e a honra que lhe eram devidas. Cada alemão obteve o direito permanente a um trabalho bem pago. Os milhões de desempregados recomeçaram a trabalhar com um salário adequado, em locais claros e higiénicos e com horários de trabalho bem definidos.

Cada alemão sentia que fazia parte dum todo e tinha a feliz consciência de poder novamente exercer a sua actividade como membro valioso da comunidade. Em pouco tempo foi vencida a acção dos longos anos de miséria física e espiritual. Já não existia a miséria de classes nem a penúria do essencial à vida, como aquela que Cronin, escritor britânico, se vê forçado, ainda em 1935, a verificar na sua opulenta democracia, quando se refere aos trabalhadores ingleses: «eles não vivem. Vegetam. Vegetam num estado de quebrantamento e de desmoralização tão difícil de suportar, quanto é certo que ela oprime principalmente os fracos e os novos».

O povo alemão, pelo contrário, partindo de quâsi invencíveis dificuldades, depois de realizar a sua união, reencontrou uma nova norma de vida que o torna feliz e contente. Êste novo conceito da vida baseava-se na realidade que impõe o dever social de cada um trabalhar para a comunidade e da comunidade tirar o máximo de justo bem-estar e de força para o cumprimento dos deveres mais altos, os deveres da cultura, isto é, a possibilidade de uma existência dignamente vivida pelo cultivo das mais belas flores da personalidade humana!

«NINGUÉM TERÁ FOME! NINGUÉM TERÁ FRIO!»

A desorganização económica e social originada pela decomposição do capitalismo não podia, como facilmente se compreende, ser debelada de repente. As suas ruínas eram vastas e profundas. Mas a miséria não se combate com razões. Uma coisa é o ordenamento económico com vista a uma ordem social mais justa e outra é a necessidade de medidas de urgência. A primeira pode beneficiar da demora que é filha da prudência. A miséria não pode esperar. Para aliviar as privações que reclamavam mais urgência o nacional-socialismo criou logo que chegou ao poder, dentro das várias actividades que foram agrupadas com a designação bem significativa **«SECÇÃO NACIONAL-SOCIALISTA PARA O BEM-ESTAR DO POVO»**, a obra que se tornou admirada em todo o Mundo e que se chama Obra do Auxílio de Inverno do povo alemão.

Esta Obra tem uma divisa não menos expressiva:

«Ninguém terá fome! ... Ninguém terá frio! ...
É bem o lema de uma verdadeira revolução.
É bem o lema da revolução necessária.
É bem a divisa de uma nova ordem social!

A Obra do Auxílio de Inverno teve uma acção imediata.

Conseguiu debelar a miséria e promoveu a paz social. Depois, numerosas disposições legais, apoiadas com a directa intervenção do Estado no sentido de estimular a procura de mão-de-obra, alcançaram combater, de modo a fazer render os mais incrédulos, o terrível flagelo do nosso tempo: o desemprego. Ao mesmo tempo dava-se início, com o enérgico fomento da agricultura, à batalha da produção. A suficiência de alimentação para a comunidade alemã era garantida.

Estas e outras medidas foram tão rápida e energicamente aplicadas que, logo no verão de 1933, o desemprego principiou a decrescer duma maneira notável, desaparecendo definitivamente passados poucos anos.

Vencida a batalha do trabalho, era necessário organizar os trabalhadores. No dia 1 de Maio de 1933 Adolf Hitler dirigiu-se a todos os trabalhadores e durante uma hora falou-lhes sob êste tema: «Honra ao trabalho e respeito aos trabalhadores».

Nessa já histórica proclamação aos trabalhadores alemães o Führer apresentou os oito pontos da revolução nacional-socialista sobre a política social e o trabalho. Trabalhadores, camponeses e patrões deveriam formar uma comunidade. Assim foi inaugurada a Frente Alemã do Trabalho.

Assim se realizava a união colectiva dos trabalhadores alemães e a dos empregados à qual se juntava a das entidades patronais. A Frente é, pois, a «organização dos alemães criadores pelo cérebro e pelo braço» e o seu fim é o da formação duma «comunidade real do povo e dos esforços de todos os alemães que trabalham».

A Frente vigia para que cada indivíduo tome, moral e fisicamente, o seu lugar na vida económica da nação, condição que o torna apto para os maiores esforços e, por conseguinte, a que realiza a mais valiosa cooperação para o bem da comunidade.

«O trabalho prevê a organização da Frente Alemã do Trabalho, exigindo daquele que o realiza uma soma de esforços e uma tensão que o fatiga e o pode aniquilar, torna necessário que lhe seja fornecido, nos momentos livres, uma nova alimentação do corpo e do espírito, nas melhores condições possíveis, a fim de que um descanso completo e bem orientado lhe dê o amor da vida e do trabalho».

Tal foi o princípio que presidiu e preside na organização dessa outra importante obra do nacional-socialismo que é a «Fôrça pela Alegria». Com esta nova organização os trabalhos passavam a participar da vida da cultura. Não ficavam alheios ou isolados do vasto mundo da arte nem dos benefícios das férias com mudança de ares, porque a Fôrça pela Alegria estabeleceu e realizou um vasto plano de conferências, espectáculos, concertos, excursões e viagens. Alguns meses mais tarde, em 29 de Janeiro de 1934, foi publicada a lei para a Regulamentação do Trabalho Nacional. Esta lei fixava as directrizes que a comunidade do povo alemão deveria seguir precisamente onde a luta de classes havia sido mais intensa: nas fábricas e emprêsas. Logo no primeiro artigo a lei estabelece êste princípio.

«Nas emprêsas, tanto o patrão como os empregados e operários trabalham não só para conseguir os fins prosseguidos pelas emprêsas, como ainda para proveito comum do povo e do Estado».

Com o estabelecimento dêste princípio do fim comum da actividade dos patrões e dos empregados e operários, a luta de classes deixou de existir. O antigo antagonismo desapareceu. A antiga irresponsabilidade colectiva das associações de patrões, empregados e operários, sucedeu o dever da fidelidade e da responsabilidade pessoal da gerência e dos trabalhadores.

A regulamentação do trabalho nacional tornou possível a solução, dentro das emprêsas, de inúmeros problemas não só de ordem social como de ordem técnica. A «comunidade da emprêsa» foi e é a base da verdadeira constituição da comunidade dum povo e a garantia da paz social fundamentada na razão e na justiça.

EXTINÇÃO DO DESEMPREGO

O nacional-socialismo é a antítese do liberalismo. Logicamente, ele é o contrário ao sistema liberal que se alimentava de ilusões. O nacional-socialismo é realista. Os seus princípios não são origem de promessas. Os seus princípios são normas de acção. A sua eloquência é a dos factos. Em Janeiro de 1933 contava-se na Alemanha 6 milhões de desempregados. Este facto, só por si, reflecte a absoluta falência da economia liberal no que respeita à solução da questão social.

Toda a sua regulamentação de trabalho não passa de mera manifestação retórica, pois nada serve regulamentar o que ... não existe. Estabelecer, por exemplo, bonitos horários de trabalho ou encantadoras condições de salários, quando os desempregados são aos milhões, é positivamente juntar à miséria a mentira e a troça.

Em Janeiro de 1933 a economia alemã ocupava 11,5 milhões de operários e empregados. Em Agosto de 1939 esse número elevava-se a 21,8 milhões. Assim, em cerca de cinco anos o número de trabalhadores ocupados aumentara em mais de 10 milhões. E não obstante, nesse mesmo espaço de tempo foram criados o Serviço alemão de Trabalho e o Exército alemão!

Compareceram de novo nos locais de trabalho não só os desempregados, como também muitos milhares de «desempregados envergonhados» para quem parecia não haver mais possibilidades de se empregarem e que sob o antigo regime não se haviam inscrito como desempregados. Este incremento que, como é natural, corria paralelo com um aumento considerável do potencial económico da Alemanha, só foi possível:

- 1.º) *por ser o Estado a orientar a economia e a aplicação de toda a mão-de-obra, e*
- 2.º) *por ser estimulada duma maneira positiva a produção económica.*

A orientação da mão-de-obra a aplicar, que era indispensável para dar de novo pão e liberdade a milhões de homens, foi efectuada pelas Repartições de Trabalho.

Estas repartições, que outrora não passavam de simples Caixas de pagamento dos subsídios aos desempregados, passaram a poder dedicar-se à sua verdadeira missão, que é a de auxiliar o homem válido a ocupar o lugar que lhe compete na vida do trabalho.

Para este efeito foram introduzidas várias disposições, entre as quais avulta a da criação dos livretes de Registo de Trabalho. Desde 21 de Março de 1942 a orientação da aplicação da mão-de-obra alemã é feita por intermédio dum «Comissário Geral para a Mão-de-Obra».

Esta repartição central foi criada pelas necessidades da guerra. Naturalmente a guerra exige a aplicação de medidas mais ou menos drásticas e, em casos especiais, coercitivas. Mas isto são excepções em que os interesses supremos da comunidade não podem ser defendidos doutra maneira.

Na generalidade, a colocação em determinados locais de trabalho ou as transferências é entregue ao livre arbítrio dos patrões e dos trabalhadores. A principal missão da Repartição oficial do Trabalho é a de indicar a cada um o seu local de trabalho, quer dizer, aquele que é mais adequado às faculdades, quando o trabalhador tem dificuldade em o fazer por si próprio. O aumento da produção foi obtido com a aplicação das seguintes medidas:

Estímulo à iniciativa dos patrões por meio do desagravamento dos impostos;

Isenção de impostos sobre capitais para aquisição de novas máquinas;

Auxílio pecuniário oficial para melhoramentos de instalações;

Criação imediata de trabalhos com execução suplementar de trabalhos e obras públicas;

Incitamento ao regresso ao trabalho por contribuições públicas;

Construção de gigantescas rêdes de auto-estradas, novos bairros de habitação, etc.,

e metódica utilização dos proventos dos ex-desempregados de modo a beneficiar as indústrias de uso corrente.

A experiência adquirida na prática dos anos subseqüentes provou que estas medidas tinham sido convenientemente preparadas e executadas.

Devido ao aumento de transacções e às somas mais elevadas dos salários, breve se formou o correspondente refluxo para os Bancos e Caixas Económicas, assim como para o Estado, de maneira que se atingiu por si próprio o natural ajustamento do desenvolvimento social e económico.

POLITICA SOCIAL DO NACIONAL-SOCIALISMO

A lei da Organização do Trabalho do Reich, no seu primeiro artigo fixa êste princípio, que resume tôda a essência da política social do nacional-socialismo:

«O empresário, como chefe da empresa, e os empregados e trabalhadores como pessoal, trabalham conjuntamente para os fins visados pela empresa e pelo proveito comum do povo e do Estado».

O antigo individualismo, a luta de classes e tôdas as ilusões e trágicas conseqüências do liberalismo, são assim abolidas. Na mesma lei da Organização do Trabalho do Reich, o artigo 2.º determina que:

«O chefe da empresa deve cuidar do bem-estar do seu pessoal. Êste, por sua vez, deve guardar-lhe fidelidade, fundada na comunidade da empresa. Da comunidade da empresa nasce para o seu chefe a obrigação legal de criar no interior da empresa as melhores condições de trabalho possíveis e comportáveis com os interesses primordiais da economia nacional».

Assim se exprime a perfeita concordância dos fins das empresas com o fim comum e o interesse do Estado. Assim se conseguiu a formação de uma comunidade nacional com base no trabalho, que é uma obrigação necessária e comum, e não no lucro, que é um privilégio de poucos; firmada no dever que abrange tôda uma comunidade e não no direito abusivo, como no Estado liberal, de uma minoria poder explorar a maioria do povo, precisamente a mais sã, porque é a que trabalha e a que mais se sacrifica.

Sem a completa extinção dêste monstruoso direito à exploração, que é a base de tôda a economia liberal, não havia nem há possibilidade de instaurar uma política social eficiente. Assim, o chamado contrato livre de trabalho, outro dos grandes dogmas do liberalismo, foi e será sempre, onde quer que êle subsista, um dos maiores obstáculos à real melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Em teoria, as duas partes, patrões e trabalhadores, apresentavam-se livres, pois nenhuma delas era obrigada, legalmente, a firmar o contrato. Na prática, porém, a realidade revelava que a necessidade de viver impunha ao trabalhador a aceitação do contrato. Por outro lado, as duas partes não estavam em igualdade de circunstâncias para negociar.

O trabalhador figurava sempre como a parte mais fraca. O Estado liberal, em obediência ao dogma do liberalismo, não só aceitava a idéia da luta entre as duas partes, como ainda, para não transpor os sagrados direitos da liberdade, permanecia, perante luta tão desigual, numa atitude de bem significativa neutralidade.

Daqui resultava que, nesta luta desigual, o operário, sem defesa e sem apoio, abandonado ao livre jogo das forças, outro dos dogmas do liberalismo, verificava que a liberdade económica e a conseqüente liberdade de contrato de trabalho actuam sempre, com o tácito consentimento do Estado, em seu prejuízo.

A violência cada vez mais cruel da luta de classes tinha nesta absurda passividade do Estado a sua origem. A política social do nacional-socialismo, negando todos os dogmas do liberalismo, libertou o povo alemão: criou bases justas das relações do trabalho e libertou-o da escravidão) económica.

Nas relações do trabalho, patrões, empregados e operários, isto é, a comunidade alemã, foram incorporados, os que significa a extinção de exclusivismos de casta e privilégios de classes, num âmbito de deveres orientados para o bem comum.

No que respeita à libertação da escravidão económica, a prova mais concludente é a de que a Revolução Nacional-Socialista ultrapassou, em muito, tanto nos ideais como nas realidades, as promessas e os resultados obtidos pelos chefes da agitação democrática-marxista, tanto na Alemanha, como, muito mais ainda, nos países onde domina a influência plutocrática e que por isso mesmo declararam a guerra à Alemanha.

O VALOR DA PERSONALIDADE NA NOVA ORDEM SOCIAL ALEMÃ

A todos os indivíduos que fazem parte da comunidade nacional alemã é facilitado o exercício e o desenvolvimento das suas aptidões. Assim, enquanto que o socialismo do tipo liberal-marxista produz, para a realização do seu dogma da igualdade, a massa amorfa, desvalorizada, de homens como que feitos em série, e o bolchevismo, com o seu monstruoso objectivo da nivelação, sacrifica o melhor ao inferior, a ordem nacional-socialista, em obediência aos seus princípios, promove com o apoio decidido á competência e às mais diversas aptidões, a valorização da personalidade humana.

Como evidente contraste, quando o liberalismo fala da igualdade, outra coisa não faz de que um insulto às classe menos favorecidas, pois, como é bem sabido, a preponderância da riqueza como processo de selecção de valores, é um facto corrente.

O exclusivismo do sistema escolar inglês, por exemplo, bem o atesta No Estado nacional-socialista, bem ao contrário, todo e qual



quer alemão pode instruir-se conforme as suas faculdades, desenvolver ao máximo os seus dotes pessoais e, finalmente, com o seu esforço, no que é secundado pelo Estado, alcançar o lugar que aos seus méritos compete. Não são os bens ou os títulos herdados o que decide da posição de cada indivíduo, mas sim o seu saber e o seu trabalho cuja medida de valor é o do bem comum.

Neste sentido é que a nova regulamentação dos salários avaliará e remunerará a prestação do trabalho segundo um método reconhecidamente justo. Quem mais produz e quem arca com maior responsabilidade, também receberá mais. Quem sabe mais deve dirigir os que sabem menos. Disto resulta a estrutura orgânica da sociedade e das suas personalidades directivas. Este princípio da competência pressupõe como essencial que o indivíduo prove que quer e sabe trabalhar. Por isso a comunidade do povo nacional-socialista outorga o direito ao trabalho. A cada alemão é assegurada a possibilidade de desempenhar o cargo que corresponda às suas faculdades.

Devido ao facto de todo o indivíduo alemão estar incorporado na comunidade do povo segundo a bitola da sua produção física, intelectual ou artística, o trabalho na Alemanha passou a ser apreciado devidamente, isto é, como valor espiritual. O trabalho perdeu a sua antiga e vexatória inferioridade. Deixou de ser uma simples maneira de ganhar o pão na luta pela existência.

O trabalho passou a ser um título de nobilitação. É esta a verdadeira liberdade de trabalho!

É certo que no sistema liberal do capitalismo se fala muito em «liberdade», mas, na realidade, êsse sistema faz com que milhões de desempregados vegetem privados de qualquer liberdade pessoal e que os trabalhadores, constantemente preocupados com o seu emprêgo, vivam em completa dependência da vontade do patrão.

Pelo contrário, **a ordem social nacional-socialista proporcionou não só a libertação de tôda a subordinação e opressão devida a privilégios de riqueza, posição ou classe, como também conferiu o direito ao trabalho e a uma existência assegurada e deu ao trabalhador alemão o melhor que a vida pode oferecer: a possibilidade de actuação livre e satisfeita da personalidade, na medida das suas faculdades, e de colaborar na comunidade do povo para sua maior prosperidade económica e cultural.**

ESPIRITO DE RESPONSABILIDADE E DE COLABORAÇÃO ENTRE PATRÕES E OPERÁRIOS

O estrangeiro que tenha conhecido a Alemanha antes de 1933 e tivesse tido a oportunidade de a visitar novamente alguns anos mais tarde, não pode deixar de manifestar a sua surpresa e admiração perante as prodigiosas transformações de carácter social ocorridas no espaço de tão poucos anos. Qualquer coisa de impetuoso e' novo impelira o povo alemão para a possibilidade de tão vastas e surpreendentes manifestações dum real progresso político-social.

E o mais surpreendente é que êste progresso, sem dúvida alcançado com o triunfo de uma revolução, não se revelava com a vitória de uma classe sôbre outra, mas tão sómente como um triunfo total da nação alemã. O mesmo espirito, que não era o triunfo particularista de uma classe mas o da comunidade nacional, impelira patrões e operários para a aceitação de novas normas de existência, as quais bem se podem resumir neste princípio:

«O bem comum prima sôbre o interesse particular».

Na organização social, os trabalhadores alemães, manuais e intelectuais, agrupam-se na Frente Alemã do Trabalho. Esta organização foi e é a paladina da nova ordem social, com o objectivo de recriar e manter a verdadeira comunidade do povo e do trabalho de todos os alemães. Na sua execução prática haveria que observar dois factores de importância fundamental:

Primeiro, **as relações entre a legislação e o progresso social**. Estas relações são essencialmente diferentes das da maioria dos outros países, porque não é a legislação mas sim a prática da vida diária que determina o caminho social a seguir. As muitas dezenas de colaboradores voluntários da Frente Alemã do Trabalho, saídos das fileiras dos operários, dos empregados e dos patrões, experimentam dentro das suas comunidades de trabalho, quais as diferentes possibilidades de execução adaptáveis às necessidades sociais.

Aquilo que se provou ser adequado e justo, passa a ser adoptado como norma da vida social e esta, finalmente, é fixada oficialmente pelo Estado. É êsse o motivo porque em alguns capítulos da ordem social da Alemanha não existem nenhuma determinações legais, ou as que há são antiquadas. Não existe, por exemplo, nenhuma lei geral a respeito de férias anuais que determine a quantos dias de férias por ano tem direito cada trabalhador, e, no entanto, todos aquêles que trabalham não deixam de gozar férias suficientes e remuneradas.

A direcção do Estado nacional-socialista, como genuína direcção do povo, não quer simplesmente forçar os trabalhadores ou os patrões a cumprir determinadas prescrições; estimula-os dando-lhes directivas gerais, e oferecendo à iniciativa particular tôdas as facilidades para melhorar o que existe e para abrir novos caminhos.

Em segundo lugar, para que se encontrem soluções realmente práticas, razoáveis e justas na organização social dentro das **empresas, deixa-se o pessoal participar também da iniciativa e da responsabilidade**. Existe entre o patrão e o pessoal uma colaboração no que respeita à organização social, e, por consequência, directamente à organização económica, baseando-a na «auto-responsabilidade social».

Para que exista, nos esforços comuns de patrão e operários, uma ordem prática no desempenho da colaboração, por exemplo, no esclarecimento de problemas respeitantes à empresa e para que os alvitreiros, as críticas e as aspirações cheguem ao conhecimento do legislador, foram criados diversos organismos, tais como o dos árbitros das empresas, conselhos consultivos, comissões de trabalho, etc.

Independentemente desta organização da auto-responsabilidade social, todos os operários e empregados das empresas dispõem ainda de outras possibilidades de participar na obra social e económica e de colaborar, na medida das suas forças, na realização da ordem política, económica e social.

Para este fim existem as seguintes instituições:

A «secção de sugestões», a utilizar pelas empresas, é um organismo da Frente Alemã do Trabalho, a qual transmite às empresas as várias sugestões apresentadas por qualquer trabalhador sobre melhoramentos em pormenores isolados do trabalho ou da organização directiva da empresa.

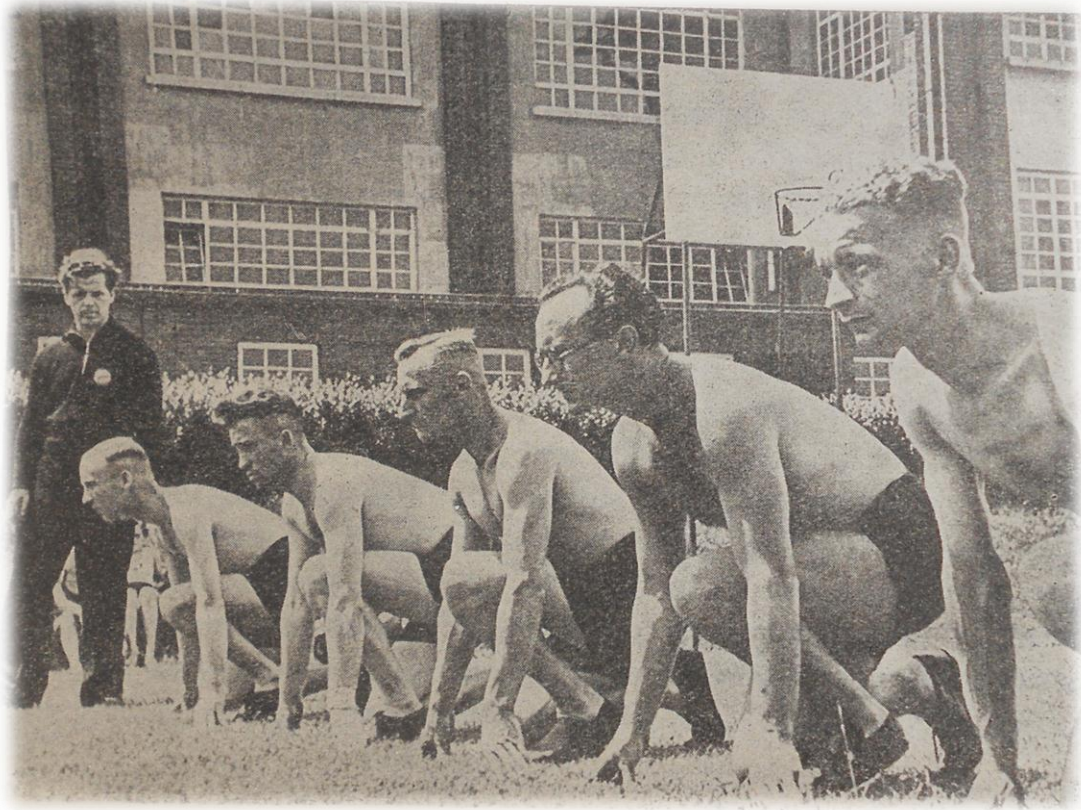
Vela também por que cada sugestão seja examinada, apreciada e recompensada com justiça. Para quaisquer sugestões de melhoramentos particularmente notáveis, como, por exemplo, inventos novos, foram fixados prémios elevados e distinções.

Este exemplo mostra, claramente, como na Alemanha a política económica e a política social se conjugam para bem de todos. Com o mesmo objectivo de estimular o progresso social e o potencial económico foram instituídos concursos entre as empresas.

Assim, pode a gerência e o pessoal de todas as empresas participarem voluntariamente nos concursos das empresas alemãs e patentearem o seu valor, o seu direito à estima pública e consideração do Estado. O essencial para tal participação é que a empresa tenha, social e economicamente, atingido um alto grau de perfeição.

Ela deverá possuir uma boa organização geral, estar convenientemente apetrechada, possuir todas as condições de segurança necessárias para a conservação da saúde dos trabalhadores e utilizar o máximo da sua capacidade de produção sem que os operários tenham de empregar um esforço superior às suas forças.

Além disso, deverá provar que os salários pagos são razoáveis, que se proporcionam cuidados sanitários sob a direcção dum médico e que estão devidamente regulamentadas as férias pagas anuais, para descanso. Os locais de trabalho devem ser impecáveis sob o ponto de



vista higiénico e haver facilidades para cultivar o desporto; é também necessária a existência de moradias higiénicas ou de casas de habitação agradáveis e adequadas, etc. Nestes concursos pode ser ganho, pelas emprêsas em que foi realizado integralmente o espírito nacional-socialista da comunidade de trabalho, o distintivo «Emprêsa-modêlo nacional-socialista», válido por um ano, o qual tem de ser disputado em novo concurso.

Como distinção intermédia existe o «Diploma provincial para trabalhos extraordinários», assim como o «Distintivo de bairros e habitações modelares», o «Distintivo de estímulo exemplar da «Fôrça pela Alegria», o «Distintivo de pequena empresa-modêlo» e o «Distintivo de trabalhos exemplares na obra social». Por meio dêstes concursos:

1.º) descobre-se e estimula-se o aproveitamento de novas possibilidades sociais;

2.º) estimula-se e desenvolve-se o espírito de comunidade e a colaboração social entre os patrões e o pessoal.

Neste sentido é entregue em comum ao gerente da empresa e ao director técnico o «Estandarte dourado», símbolo das empresas--modêlo nacionais-socialistas.

Ao passo que êstes concursos provocam o alargamento dos benefícios sociais a favor dos trabalhadores, os «Concursos pro-fissionais de todos os trabalhadores alemães» têm por objectivo o aperfeiçoamento profissional de cada trabalhador, proporcionando-lhe a possibilidade de mostrar o seu saber pessoal.

Nestes concursos pode participar todo o trabalhador dentro do seu grupo profissional. Todos aquêles que nos concursos demonstram possuir conhecimentos notáveis recebem recompensas especiais.

AUMENTO DO PODER DE COMPRA E ELEVAÇÃO DO NÍVEL DE VIDA

Com o desenvolvimento económico e social da Alemanha nacional-socialista aumentaram também, consideravelmente, as receitas por salários dos trabalhadores alemães.

Em 1932 as receitas por salários dos trabalhadores alemães somavam 260 biliões de escudos. Em 1936 essas receitas atingiam a importância de 430 biliões. Tão grande diferença é, sem dúvida, devido ao aumento do número de trabalhadores que deixaram de estar desempregados.

No entanto, pelo menos 113 dêste acréscimo foi ocasionado pela melhoria dos salários, pela mais justa classificação dos trabalhadores em categorias, cujos salários são mais elevados, etc. Que assim melhorou o nível de vida do povo, provam-no as seguintes cifras respeitantes a artigos de consumo corrente: De 1933 para 1937, o valor das transacções do comércio a retalho subiu de 212 biliões de escudos para 309 biliões.

No mesmo período, o consumo de cigarros aumentou em 10.776 milhões de unidades e as transacções das casas de móveis atingiram mais do dôbro. Ainda mais impressionante é o facto das economias depositadas pelo povo alemão terem subido de 99 biliões em fins de 1922 para 550 biliões de escudos no ano de 1942.

Na verdade, deve ter-se em conta, até certo ponto, que desde que rebentou a guerra uma parte destas economias foi depositada por causa da impossibilidade de satisfazer completamente o poder de compra. Também o facto do número de rádio-ouvintes, de 1933 para 1942, ter subido de 4 1/2 milhões para 16 milhões, e no mesmo período o número de freqüentadores de cinema ter aumentado cerca de 700 milhões, são exemplos convincentes duma melhoria sensível do nível de vida do trabalhador e de todo o povo alemão.

VALORIZAÇÃO E REAL AMPARO DA FAMÍLIA

A extinção do desemprego e a crescente prosperidade económica, só por si, induziam ao renascimento do gosto pela constituição da família e a não ver nos filhos, como nos terríveis tempos da dominação do conceito liberal e marxista da existência, um pesadelo.

O Nacional-Socialismo foi muito mais longe. Para estimular o casamento entre os jovens, e como ajuda para a criação do lar, foram instituídos empréstimos para casamento, destinados a facilitar àquêles que pretendessem contrair matrimónio a aquisição do necessário para montar casa.

Todos os alemães no gozo pleno dos seus direitos civis, que sejam hereditariamente saudáveis e que possam provar a necessidade de auxílio, podem contrair um empréstimo até à importância de 10.000 escudos e que nem sempre vence juros.

O reembolso é feito em prestações mensais de 1%. Por cada filho nascido vivo do matrimónio, é abatido 25% do empréstimo. Além disso, depois do nascimento dum filho, as prestações de amortização podem, quando requeridas, ser suspensas até 12 meses. No período decorrido entre Junho de 1933 a Maio de 1943 foram abonados cerca de 20 milhões de escudos de **empréstimos para casamento**. Um outro auxílio de grande importância para a família consiste no **subsídio para filhos**.

Este é concedido a partir do terceiro filho menor que viva com os pais, sob a única condição de que a pessoa que requiere a sua concessão seja hereditariamente saudável. O subsídio é de 100 escudos por mês para cada filho.

No ano de 1940 foram pagos cerca de 800 milhões de escudos de subsídios para filhos. Além disso, existe ainda **um subsídio para instrução**, que também é concedido sem tornar em consideração a importância dos proventos nem as condições de fortuna. É um subsídio para todas as famílias alemãs hereditariamente saudáveis, que tenham quatro ou mais filhos, e destina-se a custear parte das propinas, da alimentação, das despesas de transporte e dos livros escolares.

As mulheres que vivem sózinhas e os grandes mutilados de guerra recebem o subsídio para instrução, mesmo que só tenham um filho. Assim, as famílias numerosas podem dar uma boa instrução a seus filhos, e os filhos dos grandes mutilados da guerra e os órfãos dos que nela morreram podem ter a instrução mais adequada com as suas tendências e aptidões.

Além destes benefícios, de real protecção à família, acresce ainda uma sensível diminuição das propinas para frequência das Universidades. É de notar que a frequência das escolas primárias e secundárias é absolutamente gratuita. O desconto nas propinas é concedido às famílias que tenham pelo menos 2 filhos, e quando os filhos atingem o número de 4 a propina é reduzida a metade para aqueles que frequentam uma escola superior.

Outros auxílios importantes para as famílias com filhos são **os descontos no preço das passagens nos Caminhos de Ferro do Estado e os abatimentos nas contribuições**, o que representa uma notável diminuição das despesas. Por exemplo: um assalariado, casado e com 3 filhos, que ganhe 2.500 escudos por mês, paga de imposto de rendimento menos da sexta parte do que paga um solteiro com o mesmo ordenado.

Finalmente, existem ainda mais vantagens para as famílias com filhos, tais como: suplementos para filhos dos funcionários do Estado e empregados de muitas empresas particulares, mais uma compensação de encargos de família para as despesas com os médicos, dentistas e farmacêuticos, facilidades para a aquisição duma moradia própria e muitas outras.

A OBRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NACIONAL-SOCIALISTA «MÃE E FILHO»

De entre as várias secções da assistência social nacional-socialista uma das mais importantes é, sem dúvida, a que se denomina «Mãe e Filho». A sua missão principal é a de velar pela saúde da mãe e do filho.



A Obra de Auxílio «Mãe e Filho» constrói e mantém casas de repouso para mães e para filhos, parques infantis, postos de auxílio e de consulta para parturientes, trata do envio das crianças das grandes cidades para o campo, etc. Esta formidável organização constitui o fundamento dos cuidados que o nacional-socialismo dedica à família. Podemos avaliar a sua gigantesca obra pelo facto de existirem em fins de 1942 mais de 30.000 **Postos de Auxílio à Mãe e Filho** que trataram de mais de 10 milhões de casos, dando auxílios e conselhos.

Além destes postos funcionam cerca de 25.000 **Postos de Puericultura** dirigidos por médicos. Assim, encontram-se à disposição das mães alemãs cerca de 55.000 postos de puericultura, de maneira que qualquer mãe pode encontrar os conselhos e a assistência necessárias perto de sua casa. Em conjunto com estes postos, trabalham os **Dispensários municipais de beneficência pública**.

Até fins de 1942 havia 7.500 destes dispensários, cujas enfermeiras fizeram, à sua parte, 14,5 milhões de visitas domiciliárias, subindo o número de consultas a 2,7 milhões.

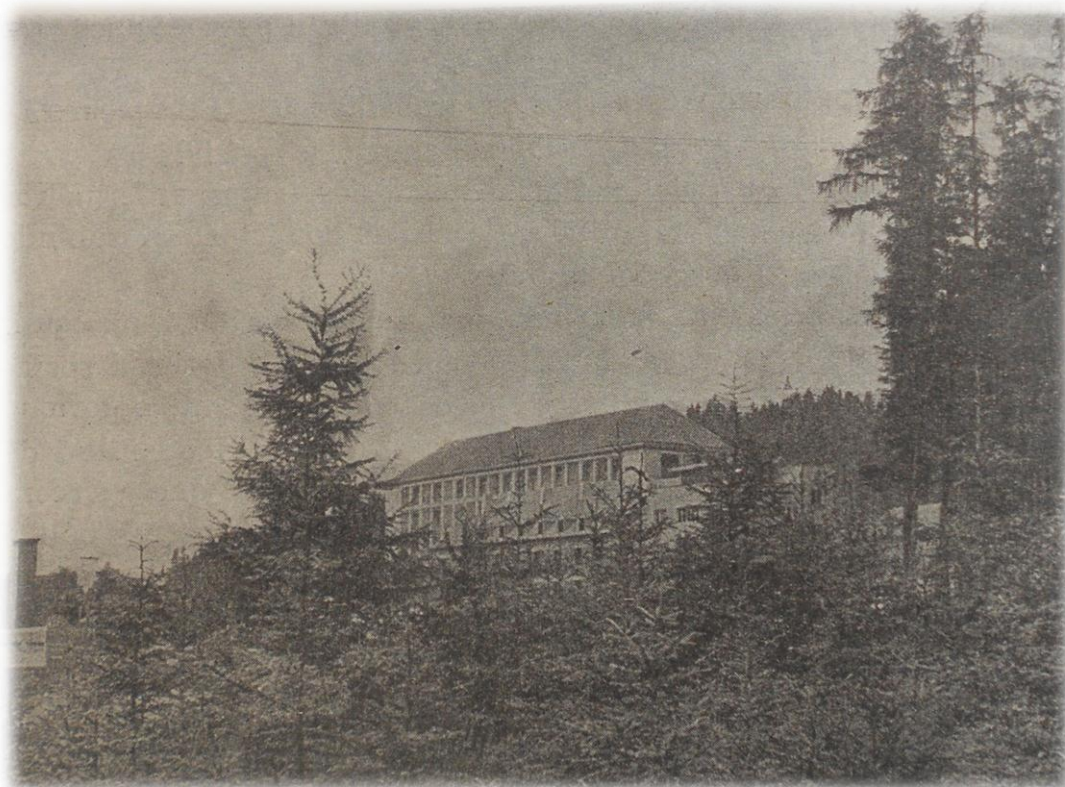
É também modelar, pois não tem semelhança em qualquer país do Mundo, a legislação publicada pelo Estado nacional-socialista para protecção das mulheres que trabalham durante o período de gravidez.

A nova **Lei de Protecção às Mães**, de 1 de Maio de 1942, que engloba não só todas as mulheres que exercem a sua actividade na indústria, no comércio e nas repartições públicas, como também as que trabalham na agricultura ou as que se dedicam às lides domésticas, proíbe todos os trabalhos que ponham em perigo a saúde e a vida das mães ou dos filhos.

Assim, por exemplo, não é permitido à mulher grávida levantar ou transportar quaisquer objectos de peso superior a 5 quilos, não sendo permitido pagar-lhe um salário inferior ao que auferia anteriormente. A partir do início da gravidez até ao quarto mês após o parto, ela não pode ser despedida do emprego nem ser obrigada a trabalhar mais de 8 horas por dia.

Se não preferir despedir-se, a futura mãe pode interromper o trabalho 6 semanas antes do parto, não devendo retomar as suas ocupações senão 6 semanas depois do nascimento do filho. Este período eleva-se a 8 semanas no caso de ser a mãe que o amamente.

Durante êste tempo a mãe recebe o seu salário por inteiro. O mínimo dêsse salário é de 20 escudos por dia. As mães que amamentem os filhos recebem mais 5 escudos diários até ao final da 26ª semana. As mães pertencentes a famílias de operários, de camponeses e de soldados mobilizados, assim como as viúvas de soldados que necessitem de se restabelecer, podem utilizar os benefícios das Casas de Repouso para as Mães.



Estas casas são inúmeras e estão situadas nas bonitas saudáveis regiões da Alemanha. Desde 1934 contam-se para cima de 500.000 as que, acompanhadas por mais de 50.000 crianças de colo ou de tenra idade, usufruíram dos benefícios desta instituição.

No combate à mortalidade infantil e às enfermidades das crianças intervém, duma maneira especial, **a Assistência à Infância**. Durante a guerra, a sua esfera de acção foi consideravelmente alargada pela introdução de medidas de profilaxia sanitária, tais como a campanha de medicação de Viganto e de Vitamina C.

Conjuntamente, desempenham também uma importante missão de assistência, as Creches. Aqui, as crianças são entregues



e durante o dia são vigiadas, alimentadas e educadas moral e fisicamente, cuidadosamente e consoante as suas existências mais de 300.000 parques infantis, uns permanentes e outros que funcionam apenas na época das colheitas, com capacidade para cerca de 2 milhões de crianças, os quais ocupam quase 74.000 funcionários técnicos e auxiliares.

O Estado nacional-socialista dedica também grande atenção à juventude. A nova **Lei de Protecção à Juventude**, de 30 de Abril de 1938, proíbe, em princípio, que as crianças trabalhem, e passou dos 16 para os 18 anos a idade dos jovens abrangidos por esta lei.

É certo que os jovens de mais de 12 anos de idade se podem ocupar em recados e outros trabalhos leves similares, mas nunca indo além de 2 horas por dia e clinicamente entre as 8 e as 19 horas. Aos jovens dos 14 aos 18 anos de idade não se pode exigir mais do que um máximo de 8 horas de trabalho por dia, nas quais são incluídas e remuneradas as horas de lição na escola profissional.

É expressamente proibido o trabalho nocturno, assim como o trabalho durante o período de fim de semana, isto é, entre as 14 horas de sábado e as 6 horas de segunda-feira. Por actuação em conjunto da Direcção da Juventude do Reich, da Frente Alemã do Trabalho e do Curador Geral do Trabalho, foi fixado em 15 dias o período de férias pagas para os menores de 14 a 16 anos de idade, e em 12 dias o dos jovens de mais de 16 anos.

São de notar também as instituições de assistência à juventude, que tratam de proporcionar férias saudáveis, no campo, às crianças da cidade. Durante a guerra estas instituições passaram a ocupar-se principalmente em alojar, com segurança, as crianças que habitam regiões expostas aos perigos de bombardeamentos aéreos. Só durante o tempo decorrido entre Setembro de 1939 e Dezembro de 1942 elas proporcionaram um agradável período de descanso a quasi 2 milhões de crianças.

Não podemos deixar de mencionar a Obra de Auxílio à Juventude, a qual se encarrega dos filhos adoptivos e dos pupilos, auxiliando-os, aconselhando-os e subsidiando a sua educação, assim como fundando lares para a juventude.

A secção nacional-socialista **«Para o Bem-Estar do Povo»** produz por si só um trabalho gigantesco.

A sua actividade extremamente ramificada e vasta só é possível devido ao facto de, além do pessoal contratado estritamente indispensável, haver centenas de milhares de auxiliares voluntários de ambos os sexos que dedicam as horas de folga ao ideal da comunidade do povo alemão. São também os voluntários que procedem à colecta das contribuições monetárias.

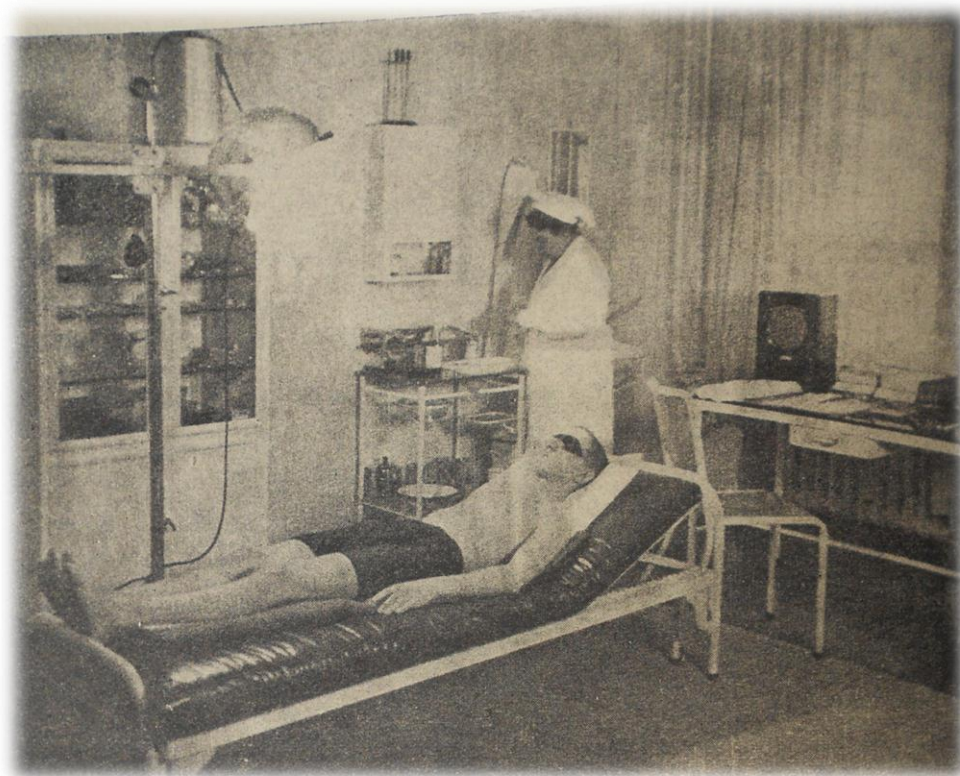
Por assim dizer, cada alemão, quer seja operário, artista ou ministro, auxilia variadas vezes por ano a colheita de donativos, convidando as pessoas a contribuírem voluntariamente para a comunidade. Assim se cumprem as palavras do Führer:

«... nós queremos mostrar a todo o Mundo e ao nosso povo que nós, os alemães, não consideramos a comunidade uma palavra ôca de sentido, mas sim que ela constitui para nós, uma obrigação moral».

O NACIONAL-SOCIALISMO E A SAÚDE DO POVO ALEMÃO

Na Alemanha, desde há muitos anos, existe uma assistência sanitária modelar. Os progressos da higiene; os meios de combate às epidemias; a criação de novas cidades e os cuidados devidos a uma boa salubridade da habitação; a assistência aos recém-nascidos; a assistência aos doentes e os seguros contra a doença, bem como a competência dos seus médicos e a organização dos serviços clínicos, suscitaram a justa admiração de todo o mundo civilizado. O Estado nacional-socialista, considerando a saúde do povo alemão como um dos seus objectivos fundamentais, foi ainda muito mais longe.

Pôs em prática uma vasta série de providências para que o povo não só possa



efectivamente gozar de boa saúde, como ainda aprenda a conservar-se saudável. Para esta campanha a favor da saúde pública, o Director da Saúde Pública do Reich dispõe de 2.000 médicos privativos que assistem regularmente a 1.100 postos sanitários instalados em tôdas as cidades e distritos rurais.

Para defender o povo alemão contra as doenças hereditárias e contagiosas, foi publicada uma lei que proíbe, em casos graves,



o casamento como medida de profilaxia social. Esta lei levantou muita celeuma nos países mal informados sobre a vida social na Alemanha. A acção do Estado só se exerce nos casos graves e ainda naqueles em que os cônjuges não querem tomar sobre si a responsabilidade moral de evitar uma descendência degenerada e doente.

O elevado grau de compreensão do povo alemão, o seu espírito de comunidade e a sua índole naturalmente predisposta à disciplina e à confiança na direcção do Estado, que na Alemanha se confunde com a consciência nacional que se não deixa manejar pelos interesses estrangeiros à sua pátria, conduzem com a melhor aceitação ao que noutros países, educados nos erros e preconceitos liberais, poderia ser tomado como violência.

Outras disposições importantes para a conservação da saúde pública são os exames periódicos, feitos por médicos e dentistas; os tratamentos dentários completos; o exame radioscópico de grandes aglomerados populacionais e o tratamento enérgico, acompanhado de eficaz amparo económico, de todos os tuberculosos.

Os exames em série pelos Raios X foram já também efectuados com êxito por médicos alemães em diversos países da Europa, como por exemplo, na Noruega, Eslováquia e Roménia. É também de grande importância para a saúde do povo a nomeação de **médicos privativos das empresas e desenvolvimento da medicina do trabalho e da produção.**

O médico da empresa, além do tratamento dos doentes, tem por dever ocupar-se também dos sãos. Ele visita-os no local de trabalho e determina as exigências do trabalho. Os trabalhadores admitidos pela primeira vez são examinados para evitar que lhes seja confiado um trabalho que a sua constituição não permite executar.

Além disso, fazem-se exames periódicos a todo o pessoal; evita-se que os jovens executem trabalhos superiores às suas forças; tomam-se providências sanitárias a respeito das mulheres que trabalham; fiscaliza-se, sob o ponto de vista da higiene, a alimentação fornecida nas cantinas, os locais de trabalho, os dormitórios e as habitações.

Desta meticulosa inspecção médica resultam ainda valiosos conselhos do médico da empresa para a orientação das actividades desportivas do pessoal. Além disso, o médico da empresa prescreve férias de repouso em caso de necessidade, cujas despesas podem ser suportadas pela Obra Nacional de Repouso, quando a pessoa que necessita de repouso não é enviada para uma estação termal por conta dos Seguros Sociais.

Também para os males da alma o médico da empresa pode auxiliar, robustecendo a força de vontade para fazer face à luta pela vida, assim como recomenda os trabalhos adequados e, de distracção em conjunto com outros camaradas de trabalho, a participação em trabalhos culturais e divertimentos, agrupamentos de camaradagem, etc.

O serviço de médico da empresa depende, orgânicamente, Frente Alemã do Trabalho, cuja Repartição de Saúde e Protecção do Povo orienta superiormente todos os assuntos referentes a sanidade nas empresas. Em princípios de 1943 contavam-se na Alemanha 4.300 médicos das empresas que prestavam serviços em 5.800 fábricas.

O seguro contra doenças, que em 1943 se orgulhava de ter completado o 60º ano de existência, abrange cerca de 70% da população da Alemanha, quer como segurados pessoalmente, quer como membros da família. A sua organização e os seus resultados, tal como a da totalidade dos seguros sociais, de há muito que constituem um modelo dos organismos similares em muitos outros países. Apesar disso, foram consideravelmente melhorados sob a direcção nacional-socialista.

Assim, por exemplo, o tratamento médico e o fornecimento de medicamentos é prestado por duração ilimitada, enquanto em todos os outros países onde existe o seguro contra doença, a prestação de serviços cessa, em geral, nos casos de doença prolongada, precisamente no momento em que ela se tornava mais necessária.



Também o pagamento dos subsídios por doença e a hospitalização já não são limitados a um determinado espaço de tempo, pois continuam até que o trabalhador esteja de novo apto a voltar ao serviço. São estas realizações excepcionais que dão ao trabalhador alemão uma segurança como não há igual em todo o Mundo.

Em contraste, os trabalhadores dos riquíssimos E.U.A. ainda bem recentemente não usufruíam de quaisquer seguros adequados e suficientes contra doenças.

DESENVOLVIMENTO E PROTECÇÃO DAS APTIDÕES E FACULDADES PESSOAIS

Com a extinção do desemprego e a certeza de poder trabalhar e obter proventos com regularidade, ressurgiu no trabalhador alemão a vontade de se instruir e de se aperfeiçoar. Surgiu então um outro problema. Já não se tratava de empregar trabalhadores desocupados. Agora era necessário colocar cada um no seu lugar consoante as suas qualidades e aptidões.

A possibilidade de reivindicar, para o homem de valor, o lugar que lhe compete, por melhor corresponder às suas qualidades, independentemente dos recursos dos pais para a sua educação, foi um dos problemas para os quais o nacional-socialismo encontrou adequada e feliz solução.

Em primeiro lugar alargou-se e aperfeiçoou-se o sistema escolar alemão, de há muito reconhecido como modelar. A escola primária foi acrescida com a **Escola Nacional**. Ela proporciona às crianças bem dotadas conhecimentos bastante superiores aos adquiridos nas escolas primárias.

Com êste objectivo, todos os alunos cujas faculdades sejam superiores ao normal e que sejam moral e fisicamente sãos, são seleccionados para freqüentar a Escola Nacional, a partir do 4º ano da escola primária. Aqui os alunos recebem em 4 anos, portanto, no mesmo tempo que na escola primária, uma educação valiosa que, além de lhes insuflar sólidos conhecimentos gerais políticos, económicos e culturais; os instrui nas disciplinas práticas e os familiariza com o trabalho técnico. A freqüência da Escola Nacional é obrigatória.

Também não é permitido ingressar numa escola superior quem não tiver as aptidões necessárias para freqüentar a Escola Nacional. A freqüência da Escola Nacional, tal como a da escola primária, é gratuita. Em caso de necessidade o Estado subvenciona largamente a compra de livros escolares e outro material escolar. São edificadas escolas em tôdas as terras com 5.000 a 10.000 habitantes, de maneira que cêrca de um têrço dos alunos do 4.º ano da escola primária podem freqüentar a Escola Nacional.

No que se refere a **escolas superiores**, para incitar a juventude, com dotes especiais de carácter e de inteligência e fisicamente sã, a seguir carreiras mais elevadas e de chefia, o nacional-socialismo criou, a par do Liceu e das Universidades, novos tipos de escolas: os **Institutos de Educação Política e as Escolas Adolf Hitler**. A selecção para freqüência destas escolas é feita por meio dum extenso processo de verificação das faculdades intelectuais, da robustez física, a par das aptidões pessoais e do carácter.

O seu objectivo consiste em criar um escol de condutores políticos. Por isso, a par da educação nas outras disciplinas escolares, se dedica uma especial atenção à educação política e à formação do carácter. Os alunos aprendem a adaptar-se à comunidade da escola, severamente regulamentada, e recebem uma sólida educação desportiva (equitação, tiro, esgrima, remo, natação, boxe, etc.).

Além disso, cada aluno tem de trabalhar 8 semanas numa emprêsa industrial ou numa mina, e 8 semanas em casa dum lavrador. A passagem da escola primária, ou da Escola Nacional, para a vida prática, é feita por intermédio dos Postos de Consulta Pública para a escolha da profissão. Estes postos estão dependentes do Ministério do Trabalho.

Ninguém se deve sentir infeliz na sua profissão, nem ninguém deve seguir uma carreira em que, no fim duma aprendizagem mais ou menos longa, não tenha quaisquer possibilidades de progredir.

É, por isso, que os pais levam os filhos à consulta de orientação profissional, onde se examinam os desejos, se perscruta as tendências e aptidões e, finalmente, se apresenta uma sugestão que concilie as circunstâncias existentes com as necessidades de cada uma das profissões ou ramos económicos.

De resto, para poder tomar estas resoluções, o orientador profissional firma-se em bases sólidas sob forma de relatórios do professor do último ano escolar. São feitos trabalhos práticos em ferro, madeira, papel e tecidos, que permitem a observação das faculdades de trabalho dos alunos e que, ao mesmo tempo, desenvolvem certas qualidades fundamentais como valores essenciais do trabalho, tais como a reflexão, o sentido da ordem, da limpeza e da exactidão.

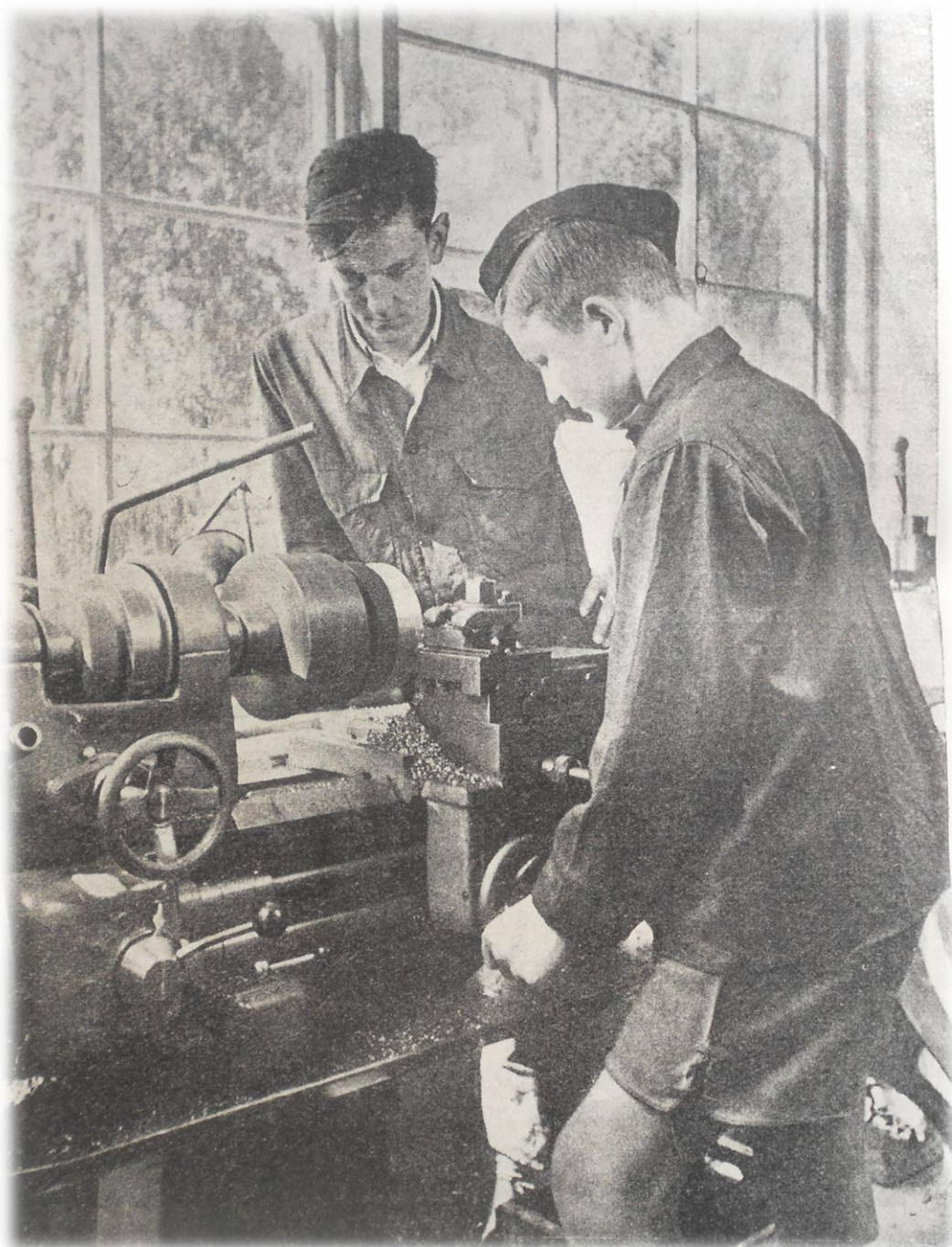
É claro que a colocação dos aprendizes e praticantes nas empresas é regulada por disposições legais, de tal maneira que se assegura uma educação adequada e se evita o excesso de afluência a determinadas profissões.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação profissional está sob a vigilância do Estado. Para que também caiba aos aprendizes uma boa educação técnica, vasta e, sob todos os aspectos, esmerada, foram montadas, nas grandes empresas, **oficinas de aprendizagem**. A sua direcção foi confiada a mestres competentes e, na sua maioria, especializados, que se dedicam exclusivamente à educação profissional dos aprendizes.

A educação prática é completada com a instrução teórica na empresa e o ensino metódico nas **escolas profissionais do Estado**.

Para a conservação e desenvolvimento da saúde instituíram-se, nas horas de folga, exercícios físicos, desportos, etc.



As pequenas empresas e oficinas que não podem ter oficinas de aprendizagem privativas, reuniram-se em grupos e criaram, para aquele efeito, oficinas comuns. Os notáveis progressos feitos neste capítulo são demonstrados pelo número de oficinas de aprendizagem existentes. Esse número subiu de 167 em 1933, para 3.500.



Para que em todo o Reich a formação das novas gerações seja uniforme, foram fixadas as directrizes da educação profissional pelo **Instituto Nacional de Educação Profissional no Comércio e na Indústria**, um organismo comum da Frente Alemã do Trabalho e da organização da economia trial, sob a direcção do Ministro da Economia do Reich.

Para o adestramento dos dirigentes da educação a Frente Alemã do Trabalho criou uma **Escola de Dirigentes da Educação Profissional**. Além disso, realizam-se periodicamente reuniões e assembléias de trabalho para dirigentes da educação profissional. Seguindo a divisa «Cada homem no lugar próprio», também os adultos devem ter a possibilidade de se aperfeiçoar.

Partindo deste princípio, e, além disso, para aumentar metódicamente o rendimento dos trabalhadores no interesse da comunidade, foi desenvolvida sistematicamente pela Frente Alemã do Trabalho sob o aspecto duma Obra especial de Educação Profissional a «educação profissional dos adultos». Aqui existem, por um lado, Comunidades de aprendizagem que proporcionam aos camaradas de trabalho, seja qual for a sua competência anterior, certos conhecimentos técnicos e de cultura geral e, por outro lado, as **Camaradagens instrutivas**, nas quais, em face de casos da vida prática, a matéria é estudada e desenvolvida, além de se fazerem conferências isoladas.

Os cursos e conferências são orientados por planos didáticos de reconhecida eficácia e são dados sob a direcção da Obra de Educação Profissional, sendo voluntária a sua frequência. Semelhantes cursos existem tanto nas grandes emprêsas como nas pequenas localidades.

As pequenas localidades são visitadas por instrutores ambulantes, cujas oficinas motorizadas levam consigo todo o material de aprendizagem.

A activa frequência prova que se trata de instituições verdadeiramente úteis e de que o povo as utiliza com prazer. Mesmo no ano de 1942, em plena guerra, existiam:

mais de 52.000 comunidades de aprendizagem, com 1.172.843 assistentes;

mais de 5.000 camaradagens instrutivas, com 114.721 assistentes;

9.000 conferências isoladas, com 802.773 assistentes.

Por meio dêste aperfeiçoamento dos adultos tornou-se possível aos indivíduos mais aptos a ascensão a cargos mais elevados. Deve proporcionar-se a todos a possibilidade de desenvolver as suas faculdades e de ter ensejo de subir por mérito próprio, sem estarem unicamente dependentes de cursos superiores ou de direitos adquiridos.

A favor de todos aquêles que provaram possuir dotes especiais, seja em concursos profissionais ou noutras provas, intervém o auxílio a os bem dotados. Por exemplo: os trabalhadores que num concurso profissional tenham prestado boas provas, são em geral recompensados com um lugar de categoria; outros que demonstrem uma aptidão especial para frequentar as Escolas Técnicas ou as Universidades, são auxiliados largamente com isenção de propinas e com subsídios.

Estes auxílios ajudam a aplanar o caminho à capacidade individual, especialmente desde a criação da obra de auxílio aos bem dotados, em cooperação com o Partido, o Estado e a Indústria.

SEGURANÇA, HIGIENE E EMBELEZAMENTO NOS LOCAIS DE TRABALHO

Na Alemanha, de há muitos anos que era costume a prática de medidas preventivas contra acidentes de trabalho e de protecção contra as doenças profissionais.

No entanto, também a êste respeito o nacional-socialismo trouxe notáveis melhoramentos. A lei para a regulamentação do trabalho nacional, publicada em 20 de Janeiro de 1934, determina claramente: «O chefe da empresa tem de velar pela segurança e bem-estar do seu pessoal».

De acôrdo com Os seus princípios, O nacional-socialismo vai muito além da aplicação de simples medidas preventivas. É preciso não só evitar os inconvenientes como também abranger duma maneira positiva, todos os trabalhadores e todo o processo da sua actividade no interêsse da saúde e do gosto pelo trabalho.

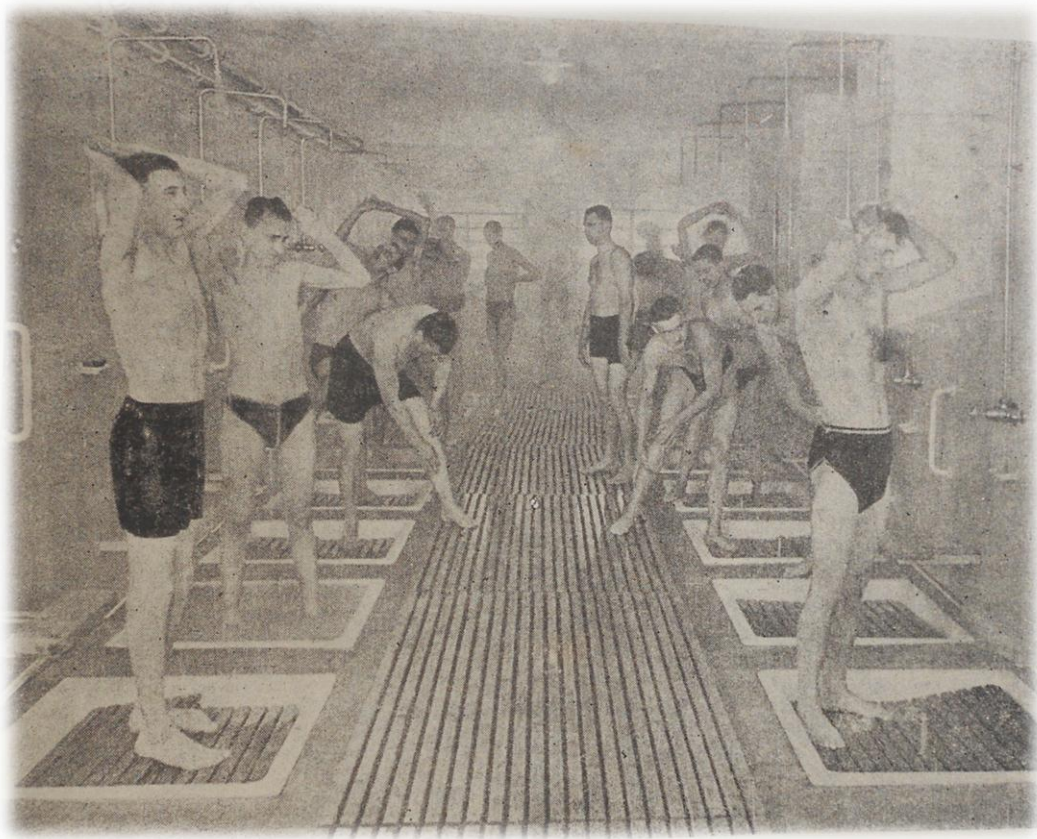
Além das disposições de segurança, considera-se a instalação dos locais de trabalho, a proporção entre tempo de trabalho e de repouso e tudo o mais que se relaciona com quem trabalha. Enquanto antigamente a fiscalização da empresa se ocupava quasi exclusivamente com os assuntos técnicos, actualmente o médico da empresa, os peritos e principalmente os fiscais do trabalho da Frente Alemã do Trabalho velam pelos que exercem a sua actividade na empresa, para lhes poderem ser úteis quando fôr necessário.

Além dos antigos organismos de fiscalização do trabalho e dos seguros contra acidentes, dispõe-se para êste fim dos serviços da Frente Alemã do Trabalho, que com êles colaboram. Assim, existe na Repartição para a colocação da mão-de-obra da Frente Alemã do Trabalho, uma secção especial para a prevenção de acidentes. A Repartição de Aperfeiçoamento Profissional e Orientação das Empresas dispõe dum grupo de engenheiros que, quando necessário, aconselham as empresas àcerca dos métodos de organização do trabalho.

A Repartição de Saúde e Protecção do Povo abrange especialmente os médicos e as cantinas das empresas. A Repartição **Beleza do Trabalho** esforça-se não só por que as instalações das empresas sejam bonitas, como também por que os locais de trabalho sejam de bom gosto e simultâneamente higiénicos e adequados ao verdadeiro progresso industrial.

O trabalhador alemão, para quem se construíram habitações higiénicas e que dispõe de teatros e de centros de cultura de grande beleza, não deveria continuar a passar grande parte da sua vida em oficinas sombrias, onde moral e fisicamente se deprimia. Por êste motivo, o chefe da Frente Alemã Trabalho, Dr. Ley, encarregou a Repartição «Beleza do Trabalho» de dar ao ambiente do trabalho urna configuração digna, bela e higiénica.

Educando e difundindo metódicamente o gosto pela ordem e pelo asseio, apresentando modelos de boas soluções, premiando as empresas e levando a efeito grandes campanhas de propaganda, conseguiu-se com grande êxito despertar o máximo entusiasmo para a execução deste objectivo no povo alemão e principalmente nos sectores económicos em que as condições eram menos, favoráveis, como na construção civil e na indústria mineira, nas tipografias na indústria do ferro, na metalurgia, na tinturaria, etc.



Símultaneamente, a Frente Alemã do Trabalho punha à disposição dos interessados, em tôdas as localidades, architectos de reconhecida competência para colaborar na execução prática destes planos.

Os seus conselhos passaram a ser muito solicitados para a construção de novas instalações ou para a sua remodelação.

Promoveram-se também grandes campanhas sob os seguintes lemas:

Homens asseados em fábricas asseadas!



Plantas de ornamentação nas fábricas!

Guerras ao barulho!

Boa luz – bom trabalho!

Ar puro nos locais de trabalho!



Comida quente nas fábricas!

O êxito não se fêz esperar. As fábricas passaram a ser claras e acolhedoras, dispondo de boa luz e de bom ar nas oficinas. Em lugar de pátios sujos surgiram formosos relvados que nos intervalos de trabalho tornaram agradável o descanso. Nas fábricas foram criadas esplêndidas cantinas. Ao pessoal são fornecidas refeições abundantes e saborosas a preços muito acessíveis.



REPOUSO E FÉRIAS PAGAS

Na Alemanha, em tempos normais, o dia de trabalho é de oito horas. Além disso, todos os trabalhadores alemães têm direito a férias pagas. O direito às férias não está regulado por lei, mas faz parte das determinações das tabelas de salários estabelecidas pelos Delegados do Trabalho Nacional.

A remuneração das férias é calculada pela média dos proventos dos últimos meses e é paga antes do trabalhador ir para férias. Não é permitido substituir as férias por uma indemnização em dinheiro, de modo que todos os trabalhadores possam, na realidade, renovar' as suas fôrças e aproveitar as férias com real proveito. Até 1933, as férias pagas não abrangiam todos os ramos da indústria.

A partir daquele ano o direito a tão grande benefício generalizou-se. Também só a partir de 1933, os trabalhadores passaram a ter férias logo no primeiro ano, enquanto que antes era necessário esperar vários anos para usufruir esta regalia. O nacional-socialismo, neste caso como em todos os outros, dedicou especial atenção aos sectores económicos mais atrasados sob o ponto de vista social.

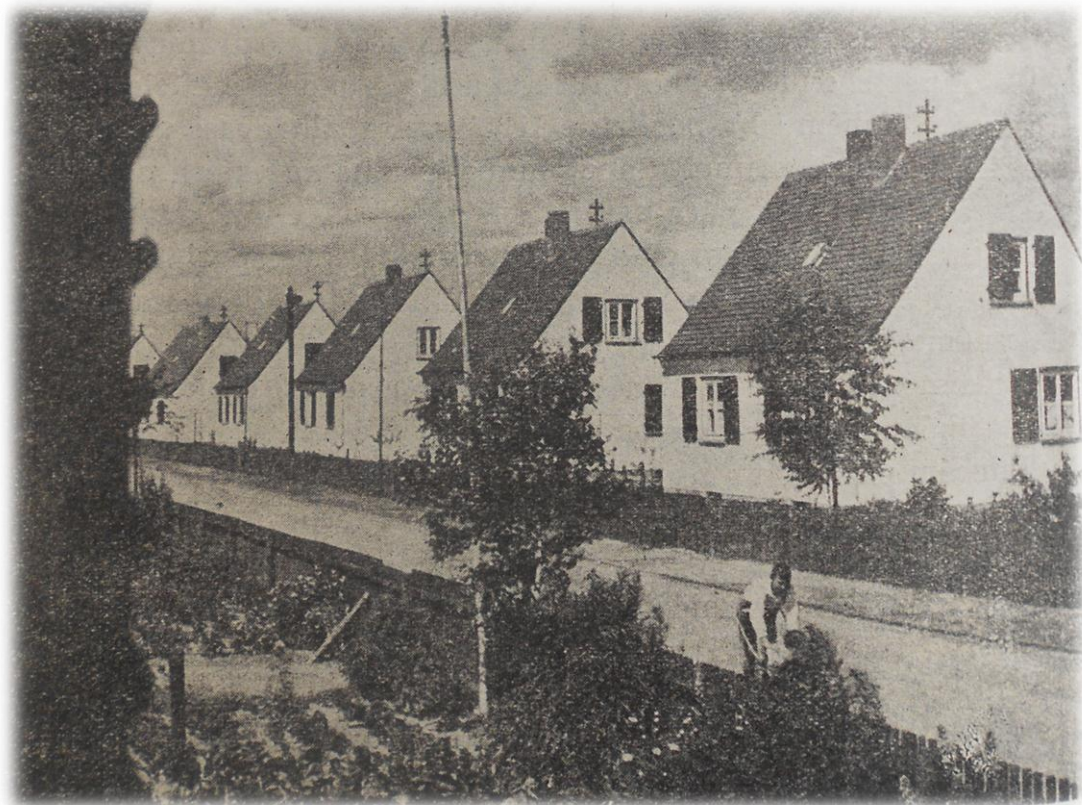
A êste número pertencem as **empregadas domésticas**, que actualmente têm direito não só a uma tarde livre, por semana, como também a duas semanas de férias por ano. Também para **os trabalhadores** que exerçam a sua actividade no domicílio foram regulamentadas as férias e determinado, entre outras concessões que recebam daqueles que lhes utilizam os serviços, 2 por cento do salário líquido dum ano, como remuneração de férias.

Para os **trabalhadores da construção civil**, que freqüentemente mudam de emprêgo durante o ano, foi criado um sistema especial por meio de selos.

O empreiteiro adquire nos correios um **livrete de férias e selos de férias** para cada trabalhador. Por cada pagamento de salários devem ser colados no livrete selos de férias no valor de 2 por cento do salário bruto, sendo proibido abater esta importância ao salário. Quando o trabalhador muda de emprêgo entrega o livrete ao seu novo patrão.

No fim de 32 semanas, o trabalhador da construção civil tem direito a 4 dias de férias, e a 6 dias depois de 48 semanas de trabalho podendo, no entanto, aguardar que se completem 64 senas trabalho para então gozar as férias correspondentes. As férias são concedidas pela emprêsa onde o trabalhador estiver exercendo a sua actividade.

Contra a apresentação do livrete de férias é-lhe entregue por qualquer pôsto de correio a remuneração de férias assim acumulada.



Com o pagamento dum salário adequado e com a garantia de trabalho, a edificação de bairros operários higiênicos e claros, a regulamentação do horário do trabalho, das férias etc., criaram-se, de facto, as condições primordiais para a participação dos trabalhadores alemães na vida cultural da nação.

«FORÇA PELA ALEGRIA»

A nova ordem social instaurada na Alemanha com a Revolução Nacional-Socialista, além de uma revolução política e económica, é sobretudo uma revolução espiritual. Com o nacional-socialismo, os trabalhadores alemães não viram apenas melhoradas, em muito, as suas condições de vida material.

Onde quer que vivam ou trabalhem, todos os alemães, sem distinção de classes, como não acontecia no **igualitário** regime liberal, têm fácil e garantida possibilidade de tomarem parte activa na vida cultural e espiritual da nação. Para êsse fim foi instituída a organização, depois imitada por alguns países, da «**Fôrça pela Alegria**».

Todos os meses, e nalguns casos, em tôdas as semanas, a obra da «Fôrça pela Alegria» faz afixar em tôdas as localidades de certa importância o programa pormenorizado de tôdas as variadíssimas diversões que organiza e nas quais podem tomar parte todos aquêles que trabalham.

Não se exerce qualquer espécie de pressão nem se obriga ninguém, tendo cada um a liberdade de escolher o que mais lhe interessar: espectáculos teatrais, excursões, viagens, etc.

Sob a influência da «Fôrça pela Alegria» a vida cultural na Alemanha atingiu um desenvolvimento nunca visto. O número de **espectadores de teatro** aumentou prodigiosamente. Por exemplo: no ano de 1938 assistiram mais de 22 milhões de pessoas a mais de 50.000 espectáculos teatrais promovidos pela «Fôrça pela Alegria».

Para corresponder a esta afluência, o número de teatros na Alemanha passou de 220 no ano de 1932/33 a 282 no ano de 1938/39, e as sessões tiveram de ser consideravelmente desdobradas.

As pequenas aldeias que não podem manter um teatro Permanente, são visitadas por teatros ambulantes da «Fôrça pela Alegria», que também funcionavam para Os trabalhadores das auto-estradas e de outras construções afastadas dos grandes centros urbanos.

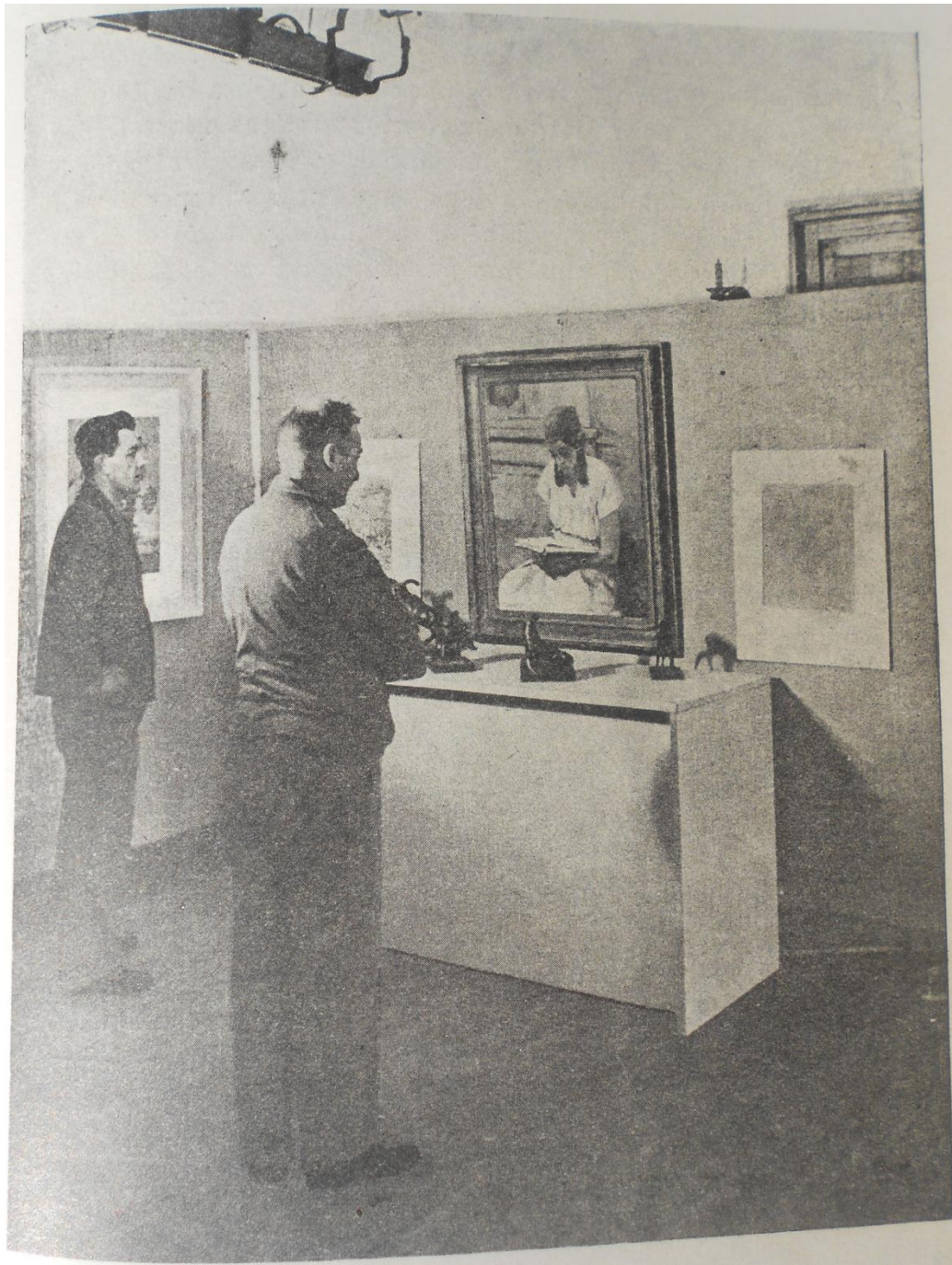
São também muito apreciados os **concertos** da «Fôrça pela Alegria». Assim, por exemplo, no ano de 1938 foram dados mais de 5.000 concertos com uma assistência de mais de 2 1/2 milhões de espectadores. O auge destes concertos é atingido pelos Festivais Wagnerianos em Bayreuth, para assistir a êles todos os anos se organizam combóios especiais que conduzem milhares de trabalhadores alemães.

Isto é uma prova de que ninguém na Alemanha é excluído dos grandes acontecimentos culturais que noutros tempos constituíam privilégio exclusivo das classes mais abastadas. Durante a guerra tem havido Festivais Wagnerianos em Bayreuth exclusivamente para soldados e trabalhadores. O número de espectáculos na sua totalidade, quer sejam concertos, representações teatrais ou espectáculos de variedades, etc., subiu no ano de 1938 a 144.434 com a presença de mais de 54 milhões de espectadores.

Uma outra forma da assistência cultural são as **exposições de obras de Arte** nas emprêsas. Sob a forma de exposição são apresentadas boas obras de escultura, pintura e artes gráficas.

Estas exposições estão patentes cêrca de 4 dias. As obras podem ser admiradas minuciosamente, durante os intervalos do trabalho ou depois dêste findar, sendo muitas vezes feitas palestras eruditas sôbre os aspectos artísticos e o valor das obras expostas.

A Obra de Educação Popular percorre, em conferências isoladas ou em série, todos os domínios da vida cultural e espiritual, e estimula, junto das comunidades de trabalho, o gôsto de aprofundar os conhecimentos. Os trabalhadores são estimulados a exercer a sua actividade criadora em trabalhos de amador, na modelação, no desenho, na pintura e na música.



Existem actualmente 367 círculos permanentes de cultura popular e 70 escolas de música da «Fôrça pela Alegria». Onde existem dificuldades de deslocação para os operários, a Obra de Educação Popular desloca-se para junto das próprias fábricas e instala, para os trabalhadores das emprêsas com numeroso pessoal, círculos especiais de cultura popular.

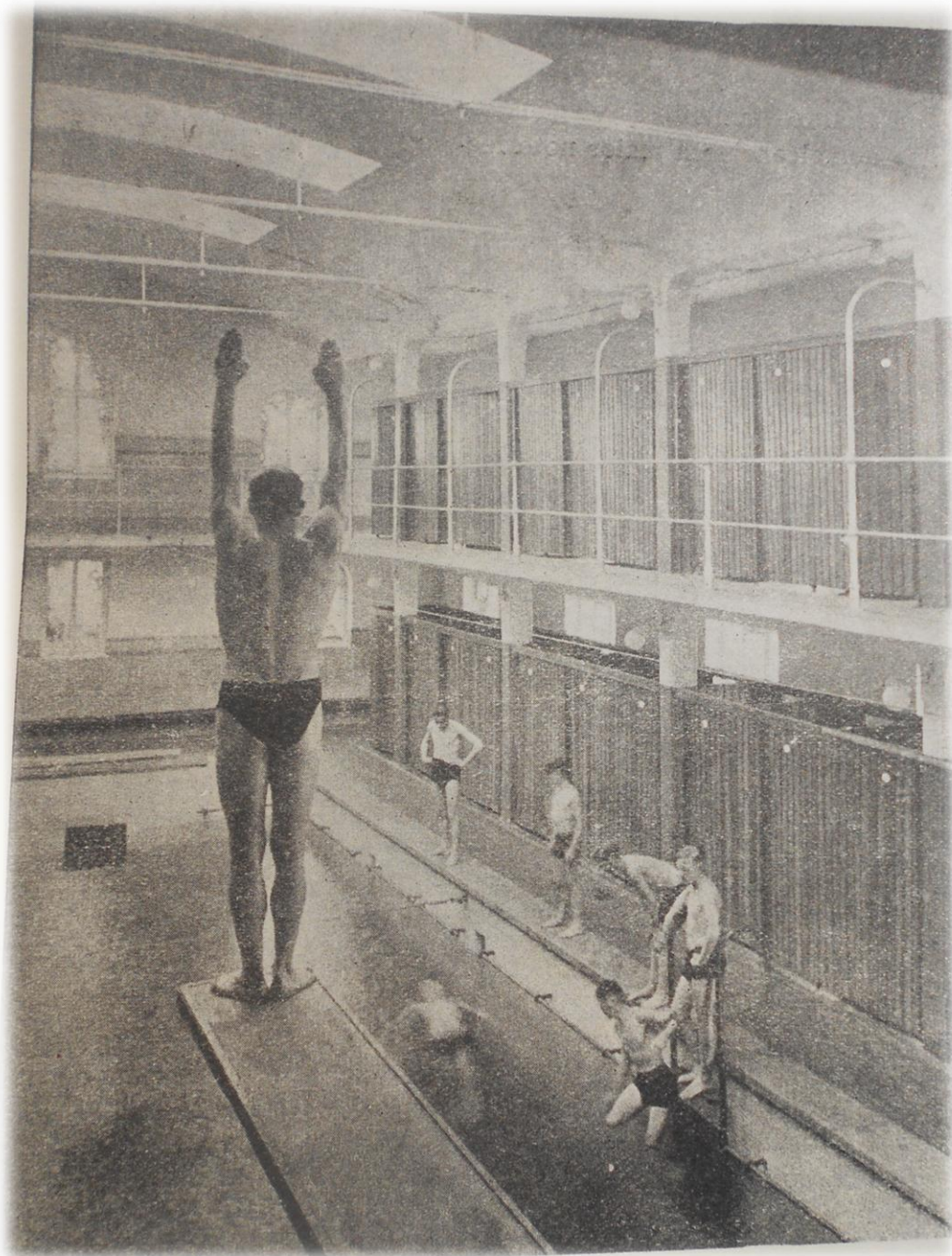
Além de se apresentarem espectáculos e exposições de Arte, cuida-se também, com muito interesse, de estimular os trabalhadores a tomarem pessoalmente parte, como amadores, nas várias actividades artísticas, tais como: música, canto teatro e dança. Milhares de agremiações de amadores dos diversos ramos da arte são patrocinadas pela «Fôrça pela Alegria», formando assim uma vasta falange de cooperação para as exhibições dos artistas profissionais.

Desta série de estímulos do desenvolvimento cultural faz parte também a **apresentação pública de cantos populares**, em que, sob a direcção dum maestro, se cantam nas praças públicas, por gosto pela arte e pelo canto, encantadoras melodias populares. Qualquer pessoa que passe e que goste de cantar, pode tomar parte no câro, tornando-se assim, por sua vez, participante desta modalidade de canto. Uma outra maneira de entreter o tempo livre, instituída pela «Fôrça pela Alegria», é constituída pela prática de **desportos**.

Trata-se, neste caso de despertar e manter o gosto pelos exercícios físicos e, principalmente, tornar acessível a todos a prática dos desportos, diminuindo o seu custo. Neste sentido criaram-se cursos de desportos de toda a espécie, incluindo esgrima, equitação e vela.

Além disso, existem cursos de desportos de inverno nas montanhas da Alemanha. As emprêsas chamadas a colaborar nesta obra já construíram campos de desporto, piscinas, etc.

Para facilitar a participação, principalmente da população trabalhadora e para equilibrar os seus esforços físicos, em geral unilaterais, criaram-se **comunidades desportivas das e emprêsas** que põem à disposição de todos os camaradas de trabalho as suas instalações e jogos.



Foram certamente as viagens e excursões da «Fôrça pela Alegria» que alcançaram maior notoriedade fora da Alemanha. O trabalhador alemão, durante as suas férias, pode aprender a conhecer as belas regiões da sua pátria, pode visitar o estrangeiro ou fazer viagens por mar. Não existe qualquer festividade importante na Alemanha a que os trabalhadores alemães não possam assistir por pouco dinheiro com a ajuda da «Fôrça pela Alegria».





Nos dois últimos anos anteriores à guerra, ou seja 1937 e 1938, tomaram parte em:

Viagens de fim de semana, da «Fôrça pela Alegria», mais de 13,5 milhões de alemães.

Viagens de férias de 1 a 2 semanas, da «Fôrça pela Alegria», mais de 2,8 milhões de alemães.

Viagens por mar, da «Fôrça pela Alegria», 261.637 alemães.

Excursões da «Fôrça pela Alegria», mais de 3,5 milhões de alemães.

Estes números, sem dúvida impressionantes, provam que todos os alemães, sem distinção, podem tomar parte nas excursões e viagens. Os preços duma viagem, que inclui a passagem em caminho de ferro, hospedagem e alimentação, são tão diminutos, que estão ao alcance de qualquer trabalhador.

Para finalizar, temos ainda de mencionar os resultados obtidos pela «Fôrça pela Alegria» nos cuidados dispensados às tropas durante a guerra. Além das tarefas mencionadas, a «Fôrça pela Alegria» tomou a seu cargo os cuidados culturais a dispensar aos milhões de soldados do exército alemão.

Com êste objectivo foram criados mais de 600 grupos de diversas espécies que visitam os soldados alemães espalhados por tãda a Europa, incluindo as frentes de batalha, e lhes apresentam uma imagem da vida cultural da sua pátria.

A JUSTIÇA SOCIAL NA ALEMANHA E A EXPLORAÇÃO PLUTOCRÁTICA NOS PAÍSES SEUS INIMIGOS

As forças da plutocracia, instaladas em Londres e Washington, no seu imenso orgulho, não só nunca encobriram, como até escandalosamente apregoaram a sua satisfação de conservarem em suas mãos o dispositivo económico indispensável para a vida da Europa. Semelhante poder, que representa o maior despotismo dirigido contra a moral e a soberania dos povos europeus, dava-lhes a garantia da absoluta sujeição desses povos a uma concepção da vida baseada na exploração do trabalho humano e no máximo desrespeito pelas mais rudimentares aspirações de justiça social.

Contra êsse despotismo, que dispozo de tão vastas forças económicas e tão prodigiosos recursos financeiros, com êles nada mais fez na Europa de que fomentar o progresso da miséria e estimular a desordem, o ódio e a destruição, reagiu a Europa, opondo a ordem à anarquia, e instaurando contra a oligarquia do dinheiro sem escrúpulos, os princípios da soberania do trabalho e do valor moral. O que a prática desses princípios alcançou na Alemanha, com a revolução nacional-socialista e tão resumidamente foi anotado nestas páginas, é bem edificante.

E muito mais edificante ainda é o vigoroso contraste que resulta da comparação entre o que se passa na Alemanha sob o regime nacional-socialista e o que não é possível esconder nos países dominados pela plutocracia e que, por isso mesmo, declaram guerra ao povo alemão. Na Inglaterra e nos Estados-Unidos, não obstante as tão apregoadas e colossais fontes de riqueza, ainda subsistem o desemprego; greves; insuficiência alimentar de grande parte da população; condições de habitação horríveis; seguros sociais insignificantes; seguros contra acidentes, imperfeitos; assistência médica que não satisfaz; diminuto amparo aos desempregados; aumento constante do custo da vida, a par de salários insuficientes, empobrecimento das famílias dos soldados, etc.

A situação mantém-se quasi a mesma desde a época em que **Thomas Carlyle** no seu livro «Past and Present», erguia a voz contra a incúria social dos seus compatriotas:

«Não existe em toda a Inglaterra cavalo algum, dócil e apto a trabalhar, que não tenha a alimentação e o abrigo que lhe competem e que não passeie satisfeito e bem tratado... Não seria bem melhor para tão miserando mundo, em que todos os cavalos que trabalham são bem alimentados e em que inúmeros seres humanos que trabalham quasi morrem de fome, que acabassem com êle e que passasse outra vez e definitivamente para a posse dos monstros anti-diluvianos e das deidades animais das épocas do caos ... Para quê servem as vossas camisas de finos tecidos? Há milhões delas que não encontram compradores, apesar de milhões de troncos nus ansiarem por elas ... O trabalhador bípede clama em vão por um salário, quer dizer, por um pagamento com o qual êle possa adquirir quanto mais não seja o alimento e o vestuário estritamente indispensável».

O receio da aristocracia inglesa perante qualquer auxílio social eficaz e, ao mesmo tempo, o reconhecimento da ordem nova social alemã, que ataca o mal pela raiz, foram descritos por Lloyd George no prefácio do livro de H. A. Walter: «A moderna política social inglesa», com as seguintes palavras:

«A legislação inglesa era constituída principalmente por uma série de medidas que não passavam de paliativos. Algumas destas medidas provaram ser eficazes para resolver os problemas mais clamorosos; de outras apenas se pode dizer que estavam cheias de boas intenções, mas que os seus princípios eram irremediavelmente falsos; mas tôdas, ou quási tôdas eram insuficientes, porque não passavam de promessas e nada mais. Noutros tempos tentámos curar as profundas misérias sociais com improvisações comezinhas que nunca penetraram além da superfície, quando é sabido, desde tempos imemoriais, que a única esperança de se obter uma melhoria efectiva reside numa remodelação profunda.

Ocupados com medidas cujo único objectivo era o de evitar os efeitos das doenças, não nos preocupámos suficientemente com as causas ... Começámos agora, talvez não demasiado tarde mas com certeza não demasiado cedo, a empregar sãos princípios económicos à vida e aos empreendimentos do nosso país. Parecemo-nos com os comerciantes de vistas curtas que, na sua avidez de obter imediatamente grandes lucros, deitam a perder o seu negócio em vez de o dotar com um capital suficiente.

Nenhuma empresa, seja qual fôr a sua importância ou a sua reputação, poderá desenvolver-se com êxito se se basear em tais princípios. Um dos mais importantes sectores da vida nacional que se deixou extinguir por falta de capital, é a saúde e o vigor das classes trabalhadoras... Tive muitas vezes ocasião de reconhecer quanto a minha própria pátria e todo o mundo civilizado têm obrigação de agradecer à Alemanha pela coragem com que penetrou, há mais duma geração, num campo de experiências que era então novo e inculto».

O que se aplica à Inglaterra aplica-se também aos E. U. A. Doseando-se num inquérito aos rendimentos e às fortunas nos Estados-Unidos e num estudo das condições sociais da vida americana actual, o conhecido sociólogo sueco Fernando Lundberg, chegou à seguinte conclusão, no seu concludente inquérito sobre «Americas 60 Families» (publicado em Nova-Iorque em 1937):

«É inegável que, mesmo em tempos de prosperidade económica, muitíssimos americanos, como se fôssem servos, num ambiente de riqueza como nunca houve na História, pouco mais recebem do que o necessário para vegetar e procriar ... Enquanto 20% da população possui quási tudo, 80 % dispõe menos do que o indispensável à vida. Êste contraste significa a extrema debilidade social da maioria do povo perante a monstruosa potência social duma minoria».

O próprio Roosevelt, numa alocução radiodifundida em Outubro de 1941, quando recebeu notícias alarmantes e inquietantes ao máximo, sobre o péssimo estado sanitário dos homens mobilizados para o serviço militar, foi obrigado a verificar que existem actualmente nos Estados-Unidos milhões de seres humanos que sofrem de falta de alimentação e de vestuário e que vivem em habitações sem o mínimo de condições de salubridade.

Por detrás da fachada dum poderoso Estado democrático esconde-se, na realidade, a plutocracia das 60 famílias mais ricas dos Estados-Unidos, que tiveram a habilidade, graças ao seu dinheiro, de submeter à sua influência soberana a maquinaria política da legislação e administração e de a conduzir segundo os seus interesses financeiros. Em íntima aliança de negócios com a aristocracia plutocrática inglesa e com o judaísmo, os povos e Estados dirigidos por Governos pseudo-democráticos são sistematicamente expoliados. Um oficial alemão da Administração Militar no norte de África, feito prisioneiro, pelos ingleses e trocado mais tarde, conta a seguinte aventura, bem significativa:

«Na Tunísia, num acampamento inglês de prisioneiros, um primeiro sargento inglês de guarda e um primeiro sargento alemão simpatizaram um com o outro, tanto mais que o inglês exercia a profissão de torneiro em Birmingham e o alemão era torneiro em Bochum. Entretinham-se freqüentemente a conversar e comparavam as suas condições de vida em tempos de paz: salários, habitações, vida famílias, seguros contra doença, etc.

Passados poucos dias, o sargento inglês, animado pelos efeitos do álcool, apresentou-se ao serviço e começou a discutir com um superior. Atirou os seus documentos militares para cima da mesa, ao mesmo tempo que dizia ao comandante do acampamento: «Já não quero continuar aqui, pois não temos feito outra coisa senão ser enganados. O primeiro sargento alemão provou-me iniludivelmente que ganha o dôbro do que eu ganho, que tomou parte nas viagens da «Fôrça pela Alegria» e contou-me como se vestem os seus filhos e as condições em que habita».

E acrescentou, a concluir:

«Não é nada que se compare com a minha situação».

Os que figuram no Govêrno e os que puxam os cordelinhos sabem muito bem tudo isto e, por isso, já noutros tempos mandavam rufar todos os tambores da propaganda para desacreditar os esforços dos alemães que introduziram no seu país sãs condições de trabalho e eliminaram as imperfeições sociais, considerando-as como uma afronta contra a paz universal e até mesmo como ambições de hegemonia mundial.

Quando êste disco da propaganda se esgotou e, finalmente, a guerra que as Potências plutocráticas tanto desejavam se desencadeou, aconteceu precisamente o contrário do que elas haviam calculado. A Alemanha firmou a sua situação. O efeito do bloqueio fracassou.

A campanha de mentiras não alcançou o resultado previsto. A renovação da economia e a própria política comercial instituída pela Alemanha passou a constituir a doutrina económica dos povos europeus que não querem sujeitar-se ao despotismo da plutocracia mundial e o sistema de trocas mais moral e consentâneo com a soberania política dêsses mesmos povos europeus e o princípio da efectivação da comunidade europeia. A situação económica dos países anglo-americanos piorou.

E os trabalhadores dêsses países começaram a murmurar...

ILUSÕES E REALIDADES DO «PLANO BEVERIDGE»

Em 10 de Junho de 1941, num discurso pronunciado na Câmara dos Comuns pelo então ministro «sir» Arthur Greenwood, foi anunciado ao público inglês que o Governo tinha encarregado «sir» William Beveridge, perito em seguros sociais, de examinar, em conjunto com uma comissão especial, o sistema de seguros sociais na Inglaterra e apresentar o projecto de reforma que julgasse conveniente.

Assim se reconhecia quanto de defeituoso e precário havia no sistema de seguros sociais em Inglaterra. Assim se pretendia, também, desviar o perigo, que a declaração de guerra à Alemanha não evitou, da influência do exemplo dos reais benefícios que para os trabalhadores trouxe a ordem nova social alemã. O plano Beveridge foi apresentado em Dezembro de 1942.

A Inglaterra quis assim iludir o Mundo exibindo a sua capacidade de justiça social. Para que esta ilusão se propagasse foi feita uma propaganda gigantesca. O estratagema não deu resultado. As propostas de emenda ao sistema dos seguros sociais, que ficará na História com o nome de «Plano Beveridge», tiveram na Câmara dos Comuns um acolhimento muito reservado.

O Governo criticou êste plano e pronunciou-se contra a sua entrada em vigor. De resto, os motivos de propaganda que levaram o Governo inglês a apresentar o plano Beveridge em breve se tornaram conhecidos, o que é demonstrado por um artigo publicado na revista «The Fortnightly», de Maio de 1943. Nêle se considera a manobra exercida à volta do plano Beveridge como «a mais gigantesca tentativa de extorsão de todos os tempos, por parte de um Governo apavorado».

Também os E.U.A. se ocupam desde há algum tempo com planos de melhoramentos a introduzir no seu sistema de seguros sociais, ainda muito recente e ineficaz. Com êste objectivo foi entregue ao Congresso, em 10 de Março de 1943, um projecto com mais de 600 páginas. Sob a pressão do estado de guerra, êsse projecto exige para cada americano o direito a um emprêgo, assim como o direito a um subsídio em caso de incapacidade de trabalho, e mais a construção de casas de habitação higiénicas, a criação de férias pagas e instituições culturais para a população menos abastada.

Despertam-se esperanças, fazem-se promessas vagas e adia-se para tempos mais longínquos, quando não se utiliza a guerra como desculpa, como o afirmou duma maneira clara e definida o «New Yorker American Metal Market», órgão oficioso da indústria pesada norte-americana:

«A guerra actual... é a ocasião mais imprópria que é possível imaginar para exigir o que se chama reformas sociais».

Êsse jornal queixa-se principalmente das exigências «revolucionárias», como, por exemplo, férias pagas e hospitais modernos em tôdas as cidades mineiras, concluindo:

«Quaisquer reformas fundamentais são completamente injustificadas na actual situação da guerra».

É claro que as Potências pseudo-democráticas, devido à perigosa situação criada pela guerra, farão grande propaganda à volta de espetaculosos problemas político-sociais especulando com eles, para engodo dos trabalhadores e aquietar a sua crescente agitação.

Mas, tal como na primeira Guerra Mundial, far-se-á grande dispêndio de promessas e tudo ficará na mesma, porque a plutocracia, pelo seu incorrigível egoísmo, é incapaz de promover a justiça social, enquanto que nos países da Europa é bem manifesto o esforço, bem sucedido, de uma orientação político-social, para a realização dessa justiça.

Na Alemanha, sob a chefia de Adolf Hitler, a justiça social, que os trabalhadores dos países dominados pela plutocracia em vão procuram nas ilusões e promessas dum sistema político-social baseado no lucro e na exploração sem limites, é já uma realidade. A guerra veio suspender o curso feliz de muitas das suas realizações, mas as que o povo alemão conheceu e ainda se mantêm, não obstante o gigantesco esforço de guerra, muitas delas são únicas em todo o Mundo.

COLABORAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL NA EUROPA

O exemplo alemão poderá, com êxito, exercer uma acção fecundante no desenvolvimento da organização social dos diversos países da Europa. Os problemas que com maior agudeza se apresentaram ao povo alemão, porque contra a Alemanha, com maior dureza, as forças da plutocracia pretendiam impor o iníquo sistema económico liberal, são também, com as variantes peculiares a cada país, problemas europeus.

Mais ou menos, em toda a Europa, as concepções do sistema liberal do Estado, da riqueza e do trabalho, foram a origem única do espantoso progresso da miséria, das gigantescas cifras de desempregados, do ódio de classes e da formação das grandes massas aguerridas de trabalhadores que puseram em sério risco a segurança das nações.

As promessas ou falsas soluções da democracia liberal em nada resolveram tão grave crise. Muito pelo contrário. Mais se agravou. As multidões esfomeadas, andrajosas, uniram-se, formaram legiões. Cansadas de promessas depois de formarem verdadeiros exércitos de grevistas, passaram a constituir uma força revolucionária que não tinha a enfrentá-la nem autoridade nem a força do Estado, porque praticamente o Estado não existia, nem como autoridade nem como força, pois em nome do dogma do seu próprio sistema liberal era obrigado a assistir ao livre jogo das forças com a neutralidade que permitia todos os abusos.

Abuso do capitalismo que, por isso mesmo que era liberal, não tinha limitações; abuso das massas trabalhadoras que por falta de autoridade do Estado e da sua manifesta incapacidade de conter os desmandos da plutocracia confundiam a justiça com o ódio e a destruição de todos os fundamentos da nação.

O problema que foi pôsto à Europa, em tão grave emergência, foi o da necessidade de uma nova ordem social baseada na Razão e na Justiça. Com as variantes determinadas pela tradição e pelo próprio condicionalismo político e económico de cada país, as soluções que essa nova ordem deveria trazer eram no entanto análogas.

Criação de condições de trabalho, de habitação e de vestuário tornaram-se problemas comuns a toda a Europa. Instaurar um sistema de relações no trabalho de modo a alcançar, sem violência mas com justiça, a verdadeira paz social é um problema de extrema importância.

Sem a sua solução não é possível resolver este outro e que é por excelência o verdadeiro sentido social da Ordem Nova:

O restabelecimento da confiança na autoridade do Estado que deixou de ser apático e indiferente ao bem-estar dos trabalhadores, e é ele próprio a fonte da justiça; recondução das massas indisciplinadas dos trabalhadores à disciplina confiante numa ordem nova que na realidade tenha por base a justiça social.

Direcção, coordenação e organização, eis as grandes tarefas que a hora presente, hora de um novo e grandioso ciclo da História, reclama dos Estados europeus, fiadores de uma cultura e civilização que não querem e não devem morrer.

Estas tarefas de modo algum poderão ser realizadas com a obediência aos planos geométricos e abstractos de ideólogos do tipo que presidiu à extinta Sociedade das Nações. Estas tarefas implicam o dever de colaboração europeia. Essa colaboração não deve esquecer os imperativos das necessidades nacionais mas do mesmo modo não poderá prescindir, no seu próprio interesse, da comunidade de destino.

O problema da nova ordem não é um problema exclusivamente alemão. A Ordem Nova é um problema europeu. As soluções já adoptadas por alguns países são variadas e terão forçosamente que continuar diferentes porque cada nação tem a sua estrutura política e económica diferenciada, pela História, pela índole do seu povo e muitos outros factores que não podem ser apagados.

Por isso, é bem compreensível que, consideradas isoladamente, as soluções encontradas por um povo não sejam seguidas por outro. Mas, na realidade, embora por caminhos diferentes, a finalidade a atingir pelos povos europeus é comum. E é por isso, que a despeito de todas as dificuldades e entraves, é já compreensível que as crises políticas e económicas que enfraqueciam a disciplina e arruinavam a economia de cada país, não passavam de meros incidentes de uma crise europeia. E é por isso também que, a despeito de todos os sofismas e violências para a interceptar, a Nova Ordem Social na Europa é um facto. A Europa vê nela a única solução para a variedade, dentro do âmbito de cada país, dos seus angustiosos problemas.

O ESTADO NOVO

E A REVOLUÇÃO NACIONAL PORTUGUESA

POR EDUARDO FRIAS

Os editores desta publicação quiseram, com justo fundamento, pôr em relevo, para leitores portugueses, um dos mais modernos e discutidos motivos de glória da Nova Alemanha: as realizações duma política económica e social com a qual se criou uma Nova Ordem baseada na Razão e na Justiça. A documentação gráfica e a anotação literária dessas realizações constituem a primeira parte dêste livro.

Para a segunda, a gentileza do espírito germânico, dêsse nobre espírito que se revelou e manifesta ainda nos seus filósofos, nos seus homens de ciência pura e prática, nos seus músicos, nos seus architectos, nos seus pintores, nos seus escultores, nos seus chefes de indústria e nos seus generais, inspirou a cativante iniciativa de convidar um escritor português a redigir os dizeres que julgasse necessários para que se pusesse em relêvo, também, as realizações da Revolução Nacional portuguesa que criou o Estado Novo e, com êle, o ressurgimento e o justo prestígio de Portugal entre as nações.

Mais que a prova de estima e testemunho de aprêço à nossa dignidade profissional, sensibilizou-nos êsse convite pelo que êle continha de exaltação do nosso orgulho de portugueses. Portugal já não tinha a temer no seu prestígio, quando lhe era dado figurar ao lado das nações que mais se distinguem pelo avanço e excelência da sua política social. E, no entanto, tempos houve em que, piedosamente, o nome de Portugal era esquecido!

Tempos que não vão longe, mas que a ingratidão dos povos faz parecer mais distantes, em que o nome do nosso País só era lembrado quando, para refôrço de adjectivação, na Imprensa estrangeira, jornalistas e até diplomatas careciam de dar exemplo de um Estado em que a ruína financeira, a desordem política, e até militar, e o abandono de tôdas as fôrças vitais duma nação atingira o horrível limite de constituir um hábito!

Os portugueses de hoje, precisamente aquêles que pela sua idade mais fôrça de entusiasmo podem oferecer à sua pátria; aquêles portugueses que em breve completarão os seus estudos e vão entrar na vida para cumprir funções de responsabilidade, não podem figurar o que foram êsses tempos que precederam a Revolução Nacional que instaurou em Portugal o Estado Novo. Conta o Estado Novo, em 28 de Maio do corrente ano, 18 anos de incessantes realizações.

Os homens que completam actualmente 30 anos, acabavam a sua instrução primária quando em Portugal uma revolução triunfante encerrou, sem um tiro, o longo ciclo das devastações do liberalismo. Crianças ainda, não podiam dar conta da posição exacta em que o seu país se encontrava então.

Difícilmente, sem a ter vivido, se pode fazer idéia do que foi essa época cuja lei era aquela que implacavelmente preside à anarquia: a lei que tem por fontes o sectarismo, a violência, a destruição e a desordem. O sectarismo começara por se manifestar, em tôda a sua hedionda ferocidade, nas perseguições religiosas. A confiscação dos bens eclesiásticos, o destêrro dos bispos, os vexames ao clero e os assaltos aos conventos foram a prefiguração perfeita dos horrores que mais tarde o comunismo revelaria ao Mundo.

Era a lógica da anarquia que impõe a lei da violação de tôdas as fôrças organizadas! À destruição da hierarquia religiosa seguir-se-ia, como aconteceu, a destruição da disciplina militar. Assim, foram espancados e assassinados padres e religiosos. Assim, foram também desfeiteados, em plena via pública, oficiais do exército de altas patentes!

Afundada a vida espiritual, quebrada a disciplina militar, o Próprio exército era arrastado a servir de principal instrumento da desordem! Amesquinhado, insultado nos seus chefes, diminuído nas suas funções, o exército era o foco por excelência das sedições!

Tão freqüentes tumultos, tão periódicas insurreições, criaram para Portugal urna vergonhosa celebridade. Portugal era conhecido na Europa como o país clássico das revoluções!

Bastará recordar que de 21 de Agosto de 1911, data da promulgação da Constituição republicana, até 30 de Maio de 1926, dia em que se encerrou o período do regime parlamentar, os portugueses tiveram 8 Presidentes da República. Um deles, o presidente Sidónio Pais, foi assassinado à ordem dos ir.º da rue Cadet. Contaram, também, 44 Governos e mais de 20 revoluções, pronunciamentos militares e golpes de Estado!

A catástrofe rugia!

Os homens que se apresentavam então como governantes, nada viam, nada podiam ver, nada queriam observar. Cegava-os a paixão ideológica. Encurtava-lhes as perspectivas a ambição política e a defeituosa estrutura do regime, a qual, mesmo aos melhores, aniquilava a possibilidade da realização vasta e duradoura.

Tôda a vida da nação não era para os políticos profissionais outra coisa além da actividade eleitoral e a conquista, ao preço da corrupção sem limites, do apoio parlamentar.

A ânsia dêsse apoio explicava a indisciplina social em que o país se debatia. Corrompiam-se os funcionários porque êles eram nomeados e mantidos consoante as constantes flutuações do poder e as imposições da rua. Porque, não é demasiado acentuar, a rua mandava.

E mandava de facto. Um dia, três energúmenos, apoiados por um punhado de marinheiros, derrubaram um Ministério no momento em que êste ia para tomar posse. De outra vez, um pequeno grupo de marinheiros e civis, tripulando urna camioneta, foi buscar a suas casas um presidente de ministério, um general, dois dos mais categorizados fundadores do regime republicano, e assassinou-os.

Essa horrorosa chacina era também a prefiguração dos crimes do comunismo, implacável, sangrento, selvagem. A rua mandava! E, dificilmente hoje se pode acreditar! ... os Governos obedeciam!

Portugal chegara ao auge da anarquia.

Tudo se afundava na desordem.

Uma única coisa se encontrava, então, em Portugal organizada: a escumalha! E como possuía organização, fazia-se temer!

A sua expressão era o terrorismo sistemático. Dará claramente uma idéia de como a anarquia atingira tão profundamente a vida portuguesa, a lembrança de que as autoridades não só eram impotentes, como ainda, além da transigência, pactuavam com os terroristas!!!

A estrutura do regime parlamentar, baseada na luta dos partidos, não só com os escândalos dos políticos aventureiros era a fonte destas desordens e atentados, como ainda nelas buscava apoio para se manterem no poder ou deitar abaixo os Governos representativos dos partidos inimigos.

Os políticos intrigavam, dividiam e pactuavam com tudo para alcançar o poder! E o poder, para eles, significava o tesouro da nação pôsto ao serviço, não da comunidade nacional, mas como o cofre sem contas de onde saía a retribuição para os revolucionários e a paga para manter seguras as clientelas.

Não será preciso grande esforço para compreender que as consequências económicas dêste nefasto regime não podiam deixar de ser a multiplicação dos défices orçamentais, a instabilidade da moeda, o aniquilamento do crédito público, a deserção das fortunas privadas para os Bancos estrangeiros, a ausência do crédito agrícola e industrial, os portos desertos, as estradas impraticáveis, as importações a subirem numa afiltiva desproporção com as exportações, e, sôbre tudo isto, as quedas de Govêrno cada vez mais freqüentes; os tumultos, a desordem em tudo, manifestando a impotência um regime em evitar, se não mesmo a dar, a sua confrangedora contribuição para a queda de um país na bancarrota, no abismo.

Após esta sumária e imprescindível evocação, que, não obstante as suas cores negras, está muito longe de representar o negrume do fundo do abismo que se escancarava, apavorante, é de supor que melhor se compreenda não só a origem como ainda a significação e o exacto valor do Estado Novo.

Ao contrário do regime parlamentar e de tôdas as outras instituições do liberalismo, o Estado Novo não foi importado, como novidade ideológica, do estrangeiro. Convém acentuar. O Estado Novo não foi o resultado da adaptação doutrinária de qualquer figurino internacional.

O Estado Novo foi, e é, uma necessidade nacional. A doutrina veio depois, quando foi necessário codificar os princípios, definidores dos seus objectivos. E é também de supor que se interpretará agora melhor, com mais justeza, a total significação do aparecimento dêste nosso comentário às realizações do Estado Novo, junto à exposição dos resultados da Revolução Nacional-Socialista que criou na Alemanha o que se entende por Ordem Nova.

Além da gentileza cuja referência abre êste trabalho, a junção dos estudos sôbre as duas revoluções justifica-se plenamente com a identidade dos fins que as determinaram.

Ambas revoluções correspondem à exigência imperiosa de modificações da estrutura política, da orgânica do, Estado e, sobretudo, da renovação dos princípios que informavam a vida económica.

Ambas estão integradas na concepção geral da Ordem Nova. Cabe aqui referir que o conceito de Ordem Nova não significa, como ordinariamente se supõe, o lema para uso exclusivo da renovação política da Alemanha nacional-socialista.

Com rigorosa objectividade, a Ordem Nova é uma síntese definidora que engloba os anseios e realizações de todos os países da Europa que perscrutaram e efectivaram a renovação do Estado.

«Todos os países, na hora actual — observava G. de Reynold («L'Europe Tragique», 1934, pág. 153) —, sentem mais ou menos a necessidade de uma renovação nacional».

«O imenso problema da ordem notava — Augusto Comte — domina todos os outros».

Este problema impôs-se mais nitidamente em 1918, logo nos primeiros dias em que, ao terminar a primeira Grande Guerra, a Europa confundiu a suspensão das hostilidades com a paz e a ilusão da paz com a ordem necessária. A verdade era que a Europa fôra profundamente sacudida nos seus mais fundos alicerces.

Saíra da medonha convulsão, enfraquecida, doente, arruinada. Perdera o equilíbrio. O ritmo da vida, as exigências das grandes massas populacionais excitadas por maus condutores, que não sabendo provê-las do necessário as adulavam com as mais terríveis promessas; a guerra social entrando na sua fase mais aguda; a criação de novos e grandes centros industriais a par do aumento dos malefícios do sistema político e económico liberalista, impuseram, com a necessidade de procurar salvamento, a condenação formal, e por vezes armada, violenta, dum regime que impunha ao Estado uma passividade tanto menos de aceitar quanto mais cresciam a desordem, a confusão, a miséria e também o egoísmo dos interesses particulares.

A Ordem Nova, mais que uma doutrina propagada por novos ideólogos sem contacto com a realidade, representava um imperativo de salvamento que tateia e impõe novos tipos de constituição do Estado, determinados pela lógica evolução económica e social e como contraposição às deficiências, vícios e abusos do falido sistema parlamentar.

A Ordem Nova era, e é, em resumo, uma ordem nascida do instinto de defesa das colectividades nacionais contra as desordens, cada vez mais graves, do individualismo servidor ou veículo dos mais nefastos propósitos destruidores do internacionalismo revolucionário.

Consoante as necessidades particulares de cada povo, a Ordem Nova visa a lutar contra o mal-estar proveniente da desordem, que é a consequência inevitável do livre jogo de forças, tão querido do liberalismo, instaurando uma ordem que não pode ser real sem a restauração da confiança no Estado como poder dirigente e coodernador dos esforços individuais.

Assim, tanto o caso alemão como o caso português, embora com modalidades próprias e muito diferentes, são fenómenos políticos da mesma natureza. Filiam-se na Ordem Nova, que não é, como dissemos, o lema de uma solução encontrada pela revolução nacional-socialista na Alemanha, mas a expressão do esforço, extensivo a toda a Europa, de fortalecer o Poder e de lhe conferir a força necessária para se opor à anarquia crescente, que tudo ameaçava e ameaça subverter, às consequências político-económicas da crise mundial e a restituir a cada nação, com autoridade, disciplina, o respeito pelas suas tradições, e a satisfazer as justas aspirações dos povos que agitam o nosso tempo. Robustecer as nações, organizá-las, e instaurar uma nova ordenação política e social fundada nas tradições e nas realidades e necessidades do presente; fortalecer a soberania de cada Estado contra as ilusões do Internacionalismo e pressões económicas provenientes de potências financeiras alheias ao real interesse de cada colectividade nacional, tal é o fim da Ordem Nova que, em Portugal, no início se apresenta com o aspecto de uma ditadura, e como tal com aparência de recurso provisório, constituindo urna imbuída do espírito de uma nova época, que encontrou a definição, bem significativa, de Estado Novo.

Porque em Portugal as funestas consequências do liberalismo se fizeram sentir com maior dureza, é de justiça lembrar que, muito antes da Europa saída da guerra de 1914-1918 se manifestar contra economia liberal, essa mãe amantíssima da plutocracia, da imoralidade económica e madrasta implacável de milhões de desempregados, já Portugal, acusando a excelência da sua tão caluniada vitalidade e do seu amesquinhado poder missionário e civilizador, e das suas possibilidades de colaboração na ordem internacional, perscrutava a solução dos problemas próprios, mas que continham tódá a vasta perspectiva do que mais tarde viria a chamar-se a Ordem Nova.

Em 1915 Portugal reage. A Nação, procurando restabelecer a perdida disciplina, recorre ao exército. Era a única fôrça organizada. Era o anseio da reorganização do Estado. Assim surgiu o Govêrno do general Pimenta de Castro. A sua acção foi efémera. O país ainda não estava preparado. O esforço não foi perdido. Teve o valor de um exemplo.

Marcou, sobretudo, o lugar de Portugal como país precursor. Acentuava também a certeza da existência de vitalidade de uma Raça que não sucumbirá ás mais ruínas devastações políticas, económicas e morais. Em 1917 outro militar tomava conta do poder.

Surge a ditadura do presidente Sidónio Pais. Esta nova reacção foi afogada em sangue. Os servidores da plutocracia mundial não queriam o levantamento de Portugal. O presidente Sidónio Pais foi assassinado. Finalmente, em 28 de Maio de 1926, outro militar, o general Gomes da Costa, sem um tiro, encerrou em Portugal o ruinoso ciclo do regime parlamentar.

Portugal, nunca é demais relembrar, de há muito que vinha lutando pela Nova Ordem. E a ela sacrificou muitos mártires.

*

* *



O primeiro dos grandes benefícios que a nação portuguesa deve à revolução que em Portugal criou o Estado Novo é, sem sombra de dúvida, o da restauração da confiança geral. Sem essa confiança nada havia a fazer. Sem ela, nada do que hoje é testemunho das possibilidades de realização de um regime novo, isto é, tudo quanto a nação deve ao Estado Novo não teria sido possível.

Portugal não teria beneficiado dum ressurgimento se não tivesse por fundamento a Ordem, e a ordem, tanto nas ruas como nas finanças, não seria uma realidade sem que primeiramente, se tivesse restabelecido a ordem nos espíritos e esta só em verdade se manifesta na confiança geral.

O principal factor dessa confiança foi o choque violento que sacudia o desalento nacional, cansado dos excessos derrotistas do liberalismo, produzido com a revelação de que, em Portugal, surgira um Governo que alcançara não só o fortalecimento do Estado, o prestígio do poder, a disciplina do exército, a ordem nos serviços, e fizera sustar a marcha das revoluções e desordens periódicas, como ainda conseguira apresentar, não só a Portugal mas ao Mundo, surpreendido, o primeiro orçamento equilibrado.

A Ordem Nova não era uma abstracção de doutrínarios importada do estrangeiro. A Ordem Nova era uma realidade que se manifestava, de um modo tangível, na ordem financeira. Desde 1928 cessaram os empréstimos externos. A indústria nacional deixou de contar, também, com financiamentos notáveis provenientes do estrangeiro.

A nação portuguesa retomava a consciência de si, das suas fôrças, única possibilidade de se sentir, sem ilusões, soberana. A recusa dada aos financeiros da Sociedade das Nações dum empréstimo para o qual a plutocracia mundial exigia condições vexatórias para o prestígio da soberania de Portugal, consolida o despertar da consciência nacional. A Ordem Nova enriqueceu o seu pecúlio de vitórias e significações.

O novo regime instaurado com o Estado Novo, patenteando a fôrça que lhe tornou possível a rotura aparatosa do projectado empréstimo a negociar com a Sociedade das Nações, revela a significação total da Ordem Nova: fortalecimento do Estado de modo a furtá-lo a tôdas as dependências políticas ou económicas que possam ultrajar a sua soberania.

A ordem financeira breve começou a manifestar a sua influência em tôda a vida portuguesa. Não obstante a paralisação da entrada de ouro transferido para Portugal pelos emigrados portugueses, foi liquidada a dívida flutuante. Todos os compromissos externos foram satisfeitos.

Boa parte da dívida externa ao fim de dez anos foi repatriada. O Estado constituiu um enorme depósito em valores-ouro, quando a saída de pratas para o estrangeiro, como penhor, ainda se não apagara da memória tão fraca dos portugueses.

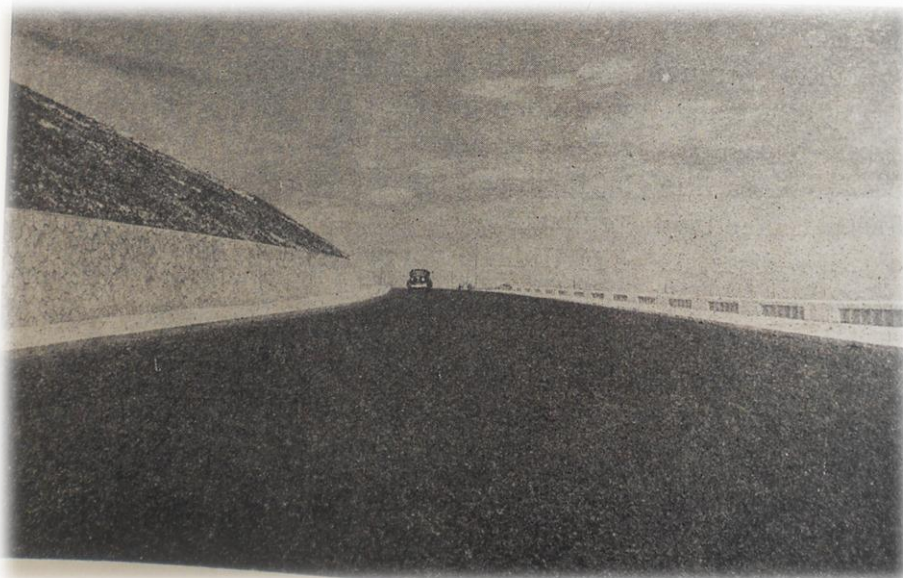
O Banco de Portugal viu reforçadas as suas reservas. De 1928 a 1938, ininterruptamente, dez orçamentos apresentam, sem artifícios de quem conta com a instabilidade governamental da época passada, saldos positivos. E com tudo isto pagam-se novos navios, adquire-se material para o exército, promovem-se gigantescos trabalhos públicos.

A Nação Portuguesa organizava-se de alto a baixo. Esta organização é a glória do Estado Novo! Em tôdas as manifestações da vida colectiva ela fêz sentir a sua benéfica influência. Muitos portugueses, distraídos, sonolentos ou pervertidos por ideologias estrangeiras e ainda aquêles que, presos de fetichismo verbal do caduco regime parlamentar, têm maior admiração por uma promessa illusória, fàcilmente grandiosa, de que por uma mo--desta mas efectivada realização.

Além disso, não é fácil dar o devido valor à reparação de uma estrada quando se considera, cómodamente, que ela se encontra como deve estar e se não viu, ou se não quer recordar, como ela esteve no tempo em que rolavam sonoros prometimentos mas os carros não podiam seguir porque o péssimo estado das estradas o não permitia. Mas desde que se deixe penetrar o espírito da verdade e, com ela, a justiça; desde que se não queira fechar os olhos, então, sim



A auto-estrada de Lisboa ao Vale do Jamor



Estrada marginal Lisboa-Cascais

então não pode deixar de brotar com admiração o renascer do justo e patriótico orgulho de ter assistido á instituição, em Portugal, de um Estado Novo. É que só porque em Portugal como Estado Novo se fêz conhecer aos portugueses uma Ordem Nova, foi possível que uma nação, à beira do abismo, conseguisse, no que respeita a estradas, êste verdadeiro prodígio, para lhe não chamar milagre:

De 1927 a1939, o Estado despendeu em construção, reparação e conservação de estradas, 1 milhão e 249 mil contos. Além disto, foram abertos mais 1.772 quilómetros de estradas e caminhos vicinais e beneficiaram-se muitas outras, fizeram-se notáveis reparações ao mesmo tempo que, nesta onda de melhoramentos e renovação do país, que atingira as mais pequenas e distantes aldeias no que respeita a melhoramentos rurais, se construíam lavadouros, arruamentos, fontes e se faziam obras em cemitérios.

Estava tudo por fazer. O regime parlamentar só produzira palavras, ódios e ruínas... O que aconteceu com as estradas, no que respeita a abandono total e depois, com o Estado Novo, a reparação, conservação e construção de novas vias de comunicação, deu-se em todos os outros sectores da vida pública.

O apetrechamento dos portos, por exemplo. Sem a confiança da nação no Estado Novo não teria sido possível o famoso Empréstimo dos Portos, de 100.000 contos, ao juro de 6 e 3/4 por cento, logo coberto mal se anunciou. E sem boas estradas, sem portos, conseqüência directa de boas finanças, de ordem pública e administrativa, como queriam os palavrosos políticos do caduco regime da ordem velha, da desordem social, realizar alguma coisa mais que a confusão, a instabilidade e a própria anarquia? Como lhes seria possível dar, como o fêz o Estado Novo, impulso às indústrias? Como queriam êles, para além das promessas ilusórias, visando apenas resultados eleitorais, armar um exército, pagar e construir novos navios de guerra?

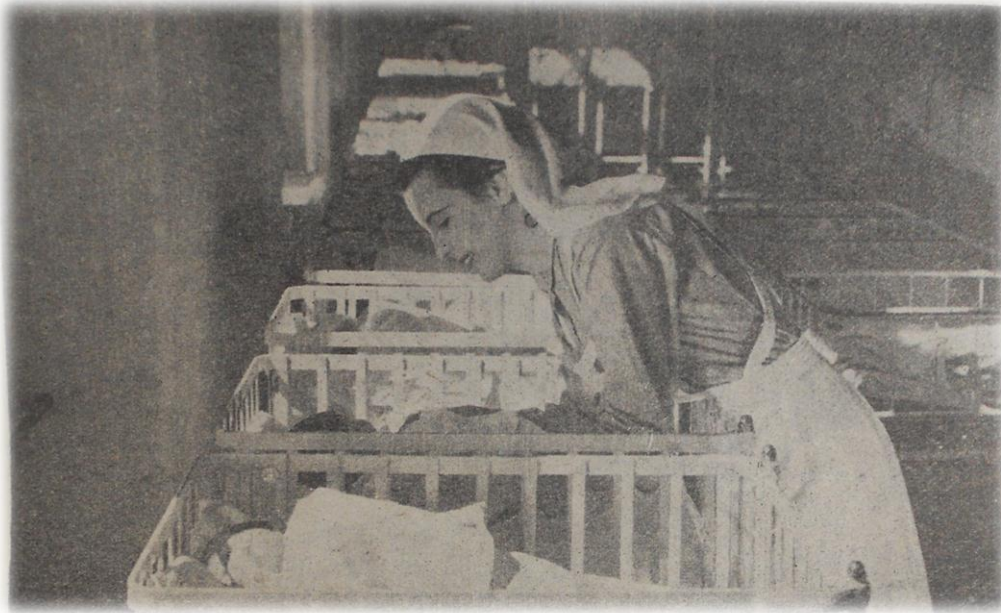
Como seria possível sem uma Ordem Nova salvar do abandono e da irremediável ruína todo o património moral e material do país? Tudo o Estado Novo teve que salvar. Em todo o país houve que reparar onde havia estradas, construir onde fazia falta.

Repararam-se, salvando da sacrílega ruína, edifícios e muito principalmente monumentos nacionais, verdadeiros tesouros da nossa cultura, relíquias da nossa Civilização, testemunho do nosso valor e da nossa soberania. E a par disso construíram-se edifícios novos, como a Maternidade Dr. Alfredo Costa, o Instituto Superior Técnico, o Arsenal do Alfeite, o Instituto Nacional de Estatística, a Casa da Moeda, as Gares Marítimas, o Estádio Nacional...

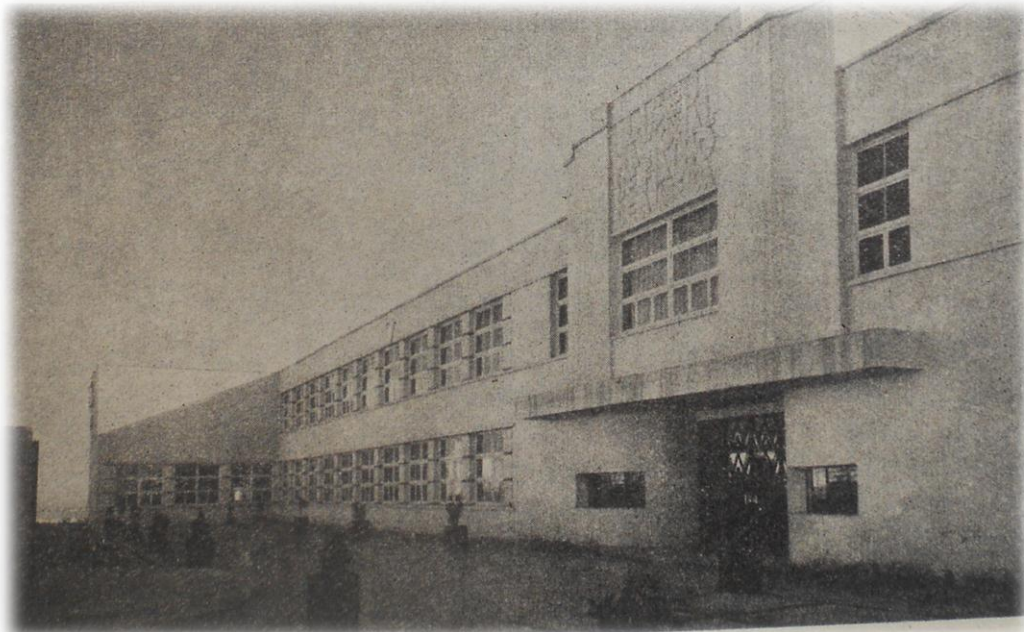
A renovação estendeu-se a todos os departamentos da vida da Nação. São novos o Aeroporto e a auto-estrada; são novas as casas económicas e muitas construções rurais; são novos os parques infantis.

É novo o espírito que preside às realizações do Ministério da Justiça e novo é também o impulso dado à Agricultura, no que respeita à investigação e experimentação; ao fomento agrícola, pecuário e florestal e, como complemento, a regulamentação do comércio e das indústrias agrícolas.

E é nova, também, a despeito de certa corrente de opinião que se alimenta de lugares comuns, a Organização Corporativa com a qual se identifica a ordem nova em Portugal. A organização corporativa não é uma reviviscência das antigas corporações, dissolvidas pelo regime liberal em 1834, nem é, tampouco, uma cópia dos sistemas estrangeiros com os quais se instaurou uma nova disciplina económica e se puseram em prática novas concepções sobre o trabalho e os trabalhadores.



Maternidade Dr. Alfredo da Costa



Liceu Nacional Fialho de Almeida, em Beja



Aeroporto, na Portela de Sacavém



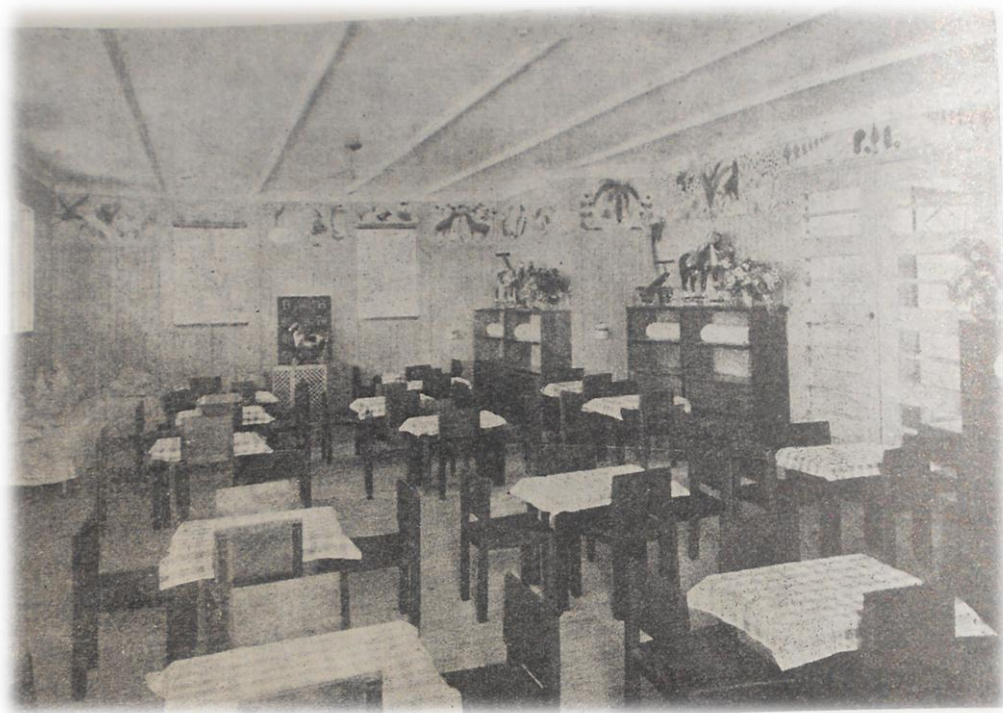
Estádio Nacional de Lisboa

Em princípio a organização corporativa portuguesa não tem carácter obrigatório. O Estado, na organização corporativa, limita--se à função de orientar, coordenar e fiscalizar como elemento regulador da vida económica e social.

Conforme aos princípios tão claramente expressos no diploma fundamental do corporativismo português, o Estatuto do Trabalho Nacional, publicado em 1933, o Estado, e é assim que ele é inteiramente novo, tem por objectivos: Estabelecer o equilíbrio da produção, das profissões, dos empregos do capital e do trabalho; defender a economia nacional das explorações de carácter parasitário ou incompatíveis com os superiores interesses da vida humana; conseguir os menores preços e os maiores salários compatíveis com a justa remuneração dos outros factores da produção, pelo aperfeiçoamento da técnica, dos serviços e do crédito; assegurar, dentro dos princípios da nova ordem corporativa, o respeito pelo espírito de cooperação, evitando assim que se estabeleça uma concorrência desregrada ou que se relegue para o Estado, o que não deixaria de ser uma forma de comunismo e de estatismo nocivos, o que deve ser atributo da actividade particular.

Ainda dentro dos princípios fixados no Estatuto do Trabalho Nacional, a todos os organismos corporativos impõe que exerçam a sua actividade com espírito de paz social, à margem, portanto, das lutas de classe, e bem assim no absoluto respeito pelos princípios fundamentais da colectividade nacional, com inteira renúncia a toda e qualquer forma de actividade, tanto interna como externa, contrária aos superiores interesses da Nação Portuguesa.

Para a realização destes princípios, as associações patronais deixaram de limitar a sua acção à defesa exclusiva dos seus interesses de classe e passaram a constituir agrupamentos de empresas ligadas para a realização mais perfeita da sua finalidade económica e para garantirem, concretamente, dentro de uma doutrina que proclama a primazia do bem comum e do interesse nacional, a cooperação patronal no domínio das realizações de carácter social.



Parque Infantil - Refeitório



Parque Infantil – Casa de Banho

Em certos sectores da produção e do comércio que mais directamente interessam não só à boa ordem da economia nacional como ainda à conservação e desenvolvimento da riqueza da nação, o Govêrno também intervém mais directamente.

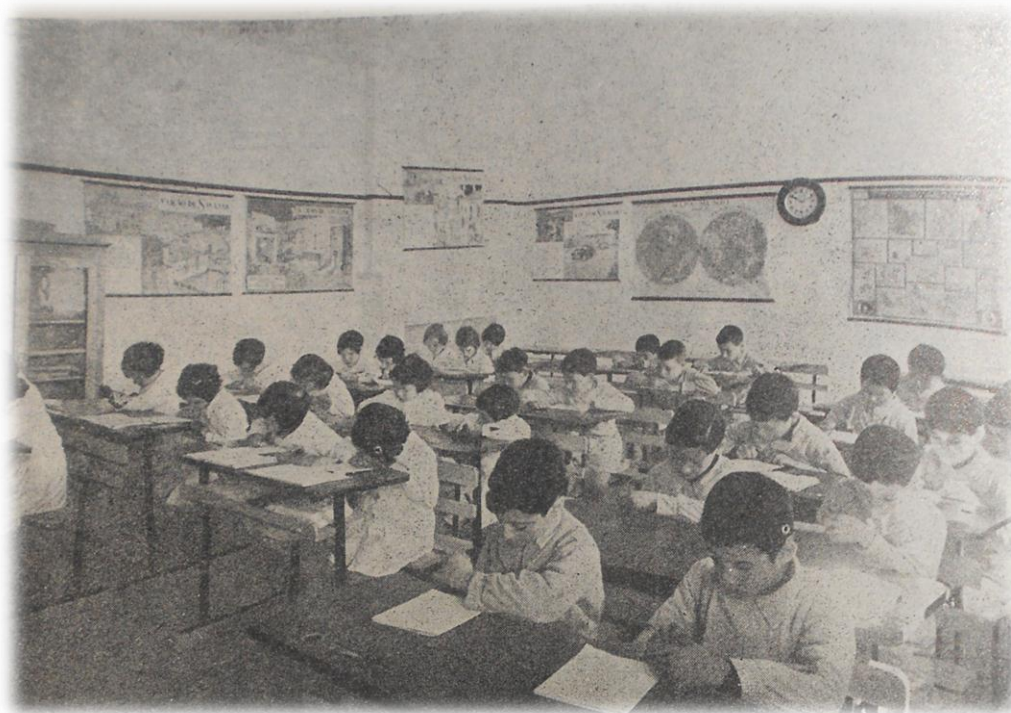
Assim, foram criados grémios de carácter obrigatório bem como organismos de coodenação económica, tais como Comissões Reguladoras, Juntas Nacionais e Institutos, os quais têm por fim coordenar e regular superiormente a vida económica e social nas actividades directamente relacionadas com os produtos de importação e exportação.

O que aconteceu às associações patronais, deu-se com as associações profissionais. Aos Sindicatos Nacionais passou a competir o estudo e a defesa dos interesses do trabalho, nos aspectos moral, económico, social e patriótico, e não, como outrora, a arregimentação pura e simples de trabalhadores, com o fim exclusivo de formarem elementos de choque do grande exército internacionalista, inimigo da ordem, da nação e de todo o verdadeiro progresso social.

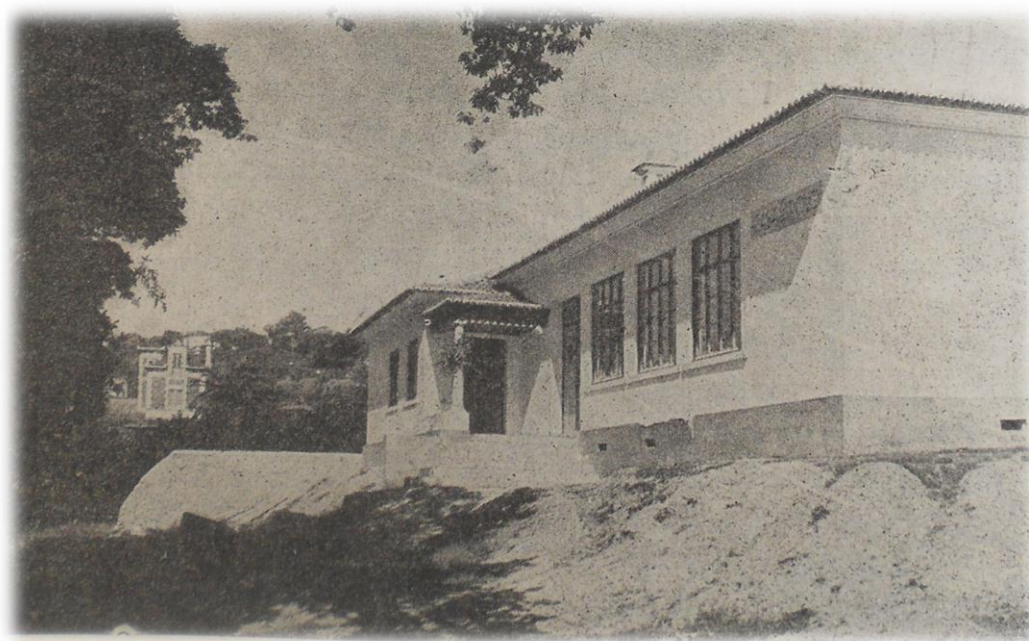
A organização corporativa, nos meios rurais e nos centros piscatórios, deu origem a duas criações bem originais do sistema corporativo português: as Casas do Povo e as Casas dos Pescadores. As Casas do Povo têm por base da sua organização a freguesia.

Têm por fim assegurar a cooperação social onde quer que as actividades profissionais se não encontrem suficientemente diferenciadas e, melhor ainda, onde melhor se revela a originalidade da sua criação, onde a vida social tenha carácter essencialmente familiar.

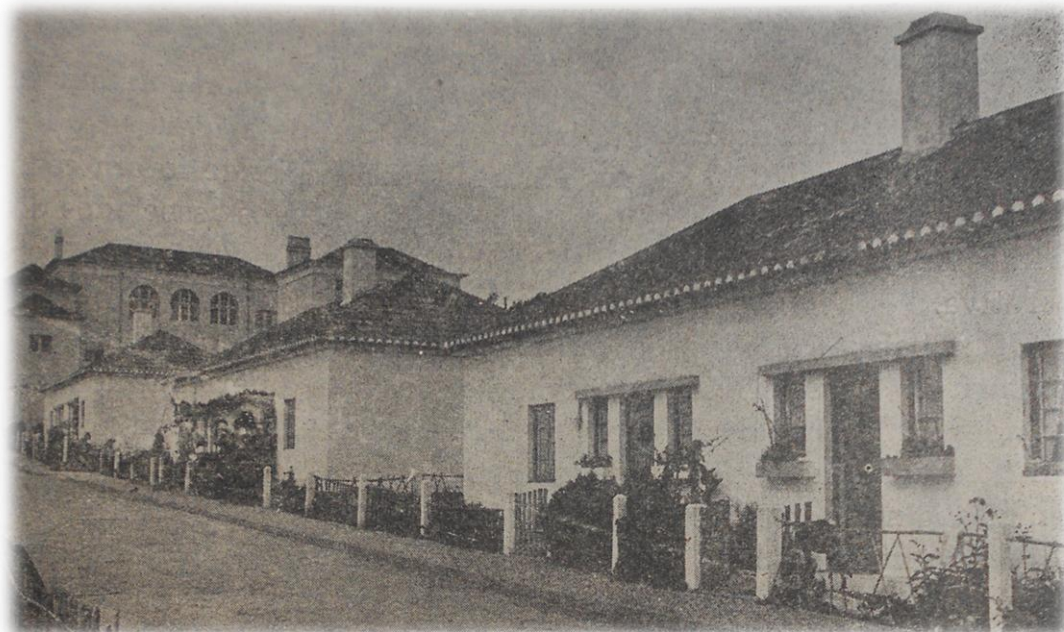
Os seus objectivos são os de previdência, assistência, instrução e progresso local. O mesmo se dá com a Casa dos Pescadores. O que êstes dois organismos corporativos têm feito em matéria de assistência, previdência e progresso local pode inserir-se nas tantas coisas novas e boas que a vida portuguesa, felizmente, já conta para seu justo prestígio.



Casa do Povo de Rio Maior



Casa do Povo de Figueiró dos Vinhos



Casa dos Pescadores, na Nazaré

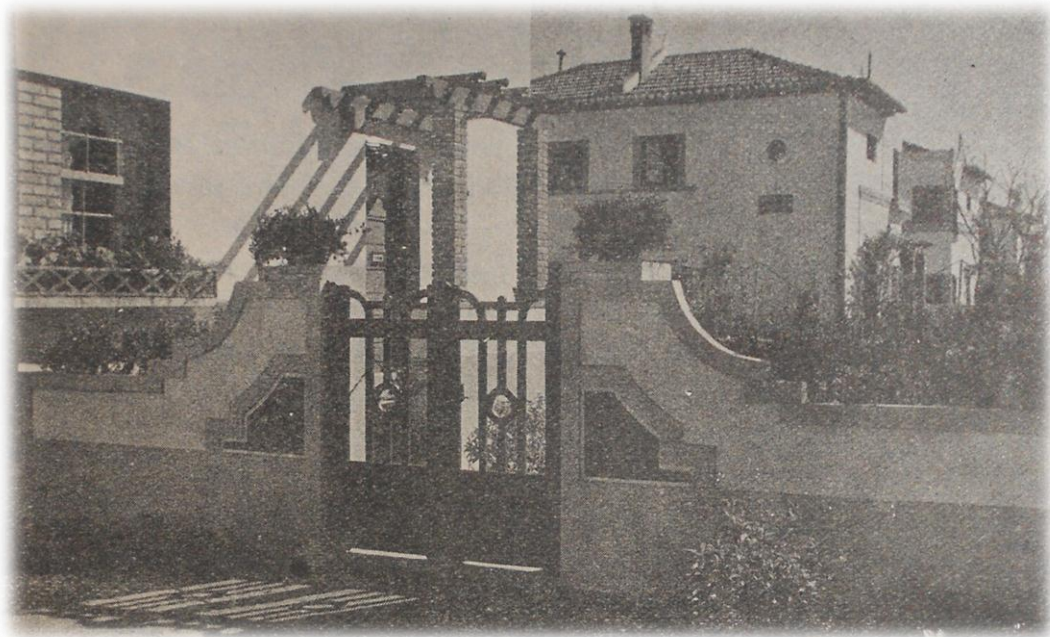
Além das vantagens alcançadas com os contratos colectivos entre as Casas dos Pescadores e o Grémio dos Armadores dos Navios da Pesca do Bacalhau, são dignas de menção, num estudo que não pode demorar-se em pormenores minuciosos, as escolas para os filhos dos pescadores e onde lhes são oferecidos almoço e merenda, e ainda os asilos para velhos pescadores, criados em Matozinhos e Póvoa de Varzim.

Para coordenar e estimular o melhor rendimento dos organismos corporativos foram criados: para a disciplina económica, o Conselho Técnico Corporativo, para a nova política do trabalho, o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência; para a arbitragem dos atritos entre patrões e trabalhadores, uma magistratura especial: os Tribunais do Trabalho. Além destas instituições, contam-se ainda as magnificas organizações das Casas Económicas e a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho.

A simples contemplação das fotografias que acompanham estas modestíssimas notas pode bastar para dar uma idéia, a quem não se tenha deslocado até aos lugares saudáveis onde foram construídos os novos bairros de casas económicas para os associados dos sindicatos nacionais, do valor dêste benefício da nova ordem Corporativa.

São bairros alegres, de casinhas ajardinadas, separadas entre si, fugindo-se assim, deliberadamente, ao tipo americanizado dos grandes armazéns de criaturas humanas, para quem a vida pessoal, em holocausto ao insípido e desmoralizante colectivismo do nosso tempo tão materialista, parece não contar.

Contam-se actualmente vinte dêstes bairros, construídos e habitados: cinco em Lisboa, seis no Pôrto e os restantes espalhados pelas várias cidades do país onde mais se fazia sentir a sua falta. Quanto à Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, a importância da sua acção ressalta da enumeração dos seus fins: Criar cursos de cultura geral e profissional e promover o desenvolvimento da consciência corporativa, tendo sobretudo em vista a formação de dirigentes sindicais; Organizar conferências e palestras radiofónicas; Instalar bibliotecas populares; Promover visitas de estudo a monumentos, museus e outros locais de interesse histórico, técnico ou didáctico; Promover sessões de cinema, horas de Arte e representações teatrais de carácter popular; Criar cursos de ginástica e educação física; Promover e organizar festas desportivas; Promover a criação de organismos de carácter desportivo ou recreativo e a federação dos já existentes; Fundar colónias de férias; Organizar refeitórios económicos;



Bairro económico do Ameal, no Pôrto



Pousada de Santa Luzia, em Elvas

Promover passeios, excursões e viagens; Proporcionar aos trabalhadores seus associados as facilidades que lhe fôr possível conseguir e de que possa beneficiar o bom aproveitamento do tempo livre; Orientar, coordenar e fiscalizar tôdas as iniciativas relativas à cultura popular e que emanem de organismos corporativos e de coordenação económica; Criar centros de cultura popular que tenham principalmente a seu cargo a realização dos fins mencionados.

Estes fins não ficaram em ... meros princípios sem realização. O seu cumprimento tem sido não só satisfatório, como ainda alcançaram transmitir à vida portuguesa, nos seus meios operários, por si só, um estilo, um novo teor de vida, que é uma das melhores afirmações de que efectivamente Portugal vive em regime de Estado Novo.

Assim, os festivais de educação física e demonstrações de atletismo marcaram absolutamente, não só nos meios operários portugueses, como ainda obtiveram lugar de merecido destaque na história do desporto nacional. As colónias de férias de que têm aproveitado milhares de trabalhadores juntamente com os seus filhos, quer nas cidades, quer nos meios rurais, impuseram-se de tal modo, que não só convenceram incrédulos como até cativaram muitas vontades que se haviam perdido com o septicismo de eras passadas.

Os refeitórios económicos, inaugurados em 1936, transmitiram também à vida portuguesa novos hábitos, novas e admiráveis perspectivas que muito contribuem para o entusiasmo e elevação do nível de vida da classe trabalhadora. Em amplos salões são servidos diàriamente almoços pelo preço bem acessível (1942) de três escudos. Êstes almoços constam de sopa., um prato, 3 decilitros de vinho, pão, fruta, doce ou café. Quando não havia ainda o racionamento, tanto a sopa como pão eram à descrição.

Além dos comensais que pagam esta quantia, são distribuídas muitas refeições gratuitas a desempregados. Faz face a esta despesa um subsídio anual atribuído à Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, pelo Fundo de Desemprego. Os almoços gratuitos são oferecidos aos desempregados enviados pelos respectivos Sindicatos.

Os serões recreativos para operários têm tido realização semanal, nos locais de trabalho. São, em geral, divididos em duas partes. A primeira, de feição nitidamente cultural, é preenchida com boa música, executada pela orquestra sinfónica da Emissora Nacional; a segunda, consta de variedades, música, canto, etc.

Resumindo:

Cumpre-se aquêlê objectivo da Revolução Nacional em que sob o patrocínio dum Estado Novo, organizado e forte, se defende os superiores interesses da nação, a sua riqueza, o seu trabalho, tanto dos excessos capitalistas como das destruições do bolchevismo. Empreendeu-se e já se apontam vastíssimas realizações, dentro da ordem, da justiça e do equilíbrio nacional, no que respeita a reivindicações operárias, muito vastas, no próprio terreno dos factos, bem visíveis, do que as promessas feitas pelo caduco regime parlamentar, as quais não passaram da exibição de mediocres princípios ... sem realização.

ÍNDICE

Um novo ciclo da História	3
Os primeiros passos da política social da Alemanha	5
«Ninguém terá fome! Ninguém terá frio!»	8
Extinção do desemprego	10
Política social do Nacional-Socialismo	12
O valor da personalidade na nova ordem social alemã	14
Espírito de responsabilidade e de colaboração entre patrões e operários	16
Aumento do poder de compra e elevação do nível de vida	20
Valorização e real amparo da família	21
A obra de assistência social nacional-socialista «Mãe e Filho» ...	23
O nacional-socialismo e a saúde do povo alemão	28
Desenvolvimento e protecção das aptidões e faculdades pessoais	33
Educação profissional	35
Segurança, higiene e embelezamento nos locais de trabalho	38
Repouso e férias pagas	43
«Fôrça pela Alegria»	45
A justiça social na Alemanha e a exploração plutocrática nos países seus inimigos	52
Ilusões e realidades do «Plano Beveridge»	56
Colaboração político-social na Europa	58
<hr/>	
O Estado Novo e a Revolução Nacional portuguesa	60

SERVIÇO ALEMÃO DE INFORMAÇÕES

**Texto e imagens cedidas por
LostSadSpirit, a quem agradeço
por esta grande obra.**